

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

2.3 - Outras informações relevantes

3. Informações financeiras selecionadas

3.1 - Informações financeiras

3.2 - Medições não contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.7 - Nível de endividamento

3.8 – Obrigações

3.9 - Outras informações relevantes

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.2 – Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.7 - Outras contingências relevantes

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.3 - Descrição controles internos

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

5.5 - Alterações significativas

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

6.3 - Breve histórico

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 - Outras informações relevantes

7. Atividades do emissor

Minuta 13/10/2020

Índice

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1-A - Sociedade de economia mista

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.8 - Políticas socioambientais

7.9 - Outras informações relevantes

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.4 - Outras inf. Relev. – Negócios extraord.

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

9.2 - Outras informações relevantes

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 - Plano de Negócios

10.9 - Outros fatores com influência relevante

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

12.7 / 12.8 - Composição dos comitês

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Minuta 13/10/2020

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.12 - Outras informações relevantes

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.16 - Outras informações relevantes

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.5 - Outras informações relevantes

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária

15.3 - Distribuição de capital

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.7 - Principais operações societárias

15.8 - Outras informações relevantes

Índice

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.4 - Outras informações relevantes

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social

17.2 - Aumentos do capital social

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

17.5 - Outras informações relevantes

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.8 - Títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.12 - Outras informações relevantes

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição dos planos de recompra de ações do emissor

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

19.4 - Outras inf. relev. – recompra/tesouraria

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre política de negociação de valores mobiliários

20.2 - Outras informações relevantes

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Minuta 13/10/2020

Índice

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.4 - Outras informações relevantes

Minuta 13/10/2020

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Frederico José Humberg
Cargo do responsável	Diretor Presidente
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Ney Nelson Machado de Sousa
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados declaram que:

- a. reviram o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Minuta 13/10/2020

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Frederico José Humberg
Cargo do responsável	Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Frederico José Humberg

Minuta 13/10/2020

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Ney Nelson Machado de Sousa

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Ney Nelson Machado de Sousa

Minuta 13/10/2020

1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

Minuta 13/10/2020

2.1 / 2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui Auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.		
CPF/CNPJ	61.366.936/0014-40		
Data de Início	27 de setembro de 2017		
Descrição dos serviços contratados	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia revisão das informações financeiras individuais e consolidadas referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 30 de junho de 2020, e auditoria das demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante da remuneração paga aos auditores independentes foi de R\$78.000,00 referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a título de serviços de auditoria. Adicionalmente a empresa contratou e pagou aos auditores independentes o valor de R\$ 257.151,00 para emissão e adequação das demonstrações financeiras de 2017, 2018 e 2019 em IFRS bem como revisão limitada das ITRs de 2020 para os períodos findos em 31/03, 30/06 e 30/09. Totalizando assim o montante de R\$ 335.151,00.		
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Data de contratação	CPF	Endereço
Ronaldo Aoki	05 de agosto de 2020	215.063.118-06	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 Torre Norte – 10º andar, 04543-011, São Paulo – SP, Brasil Tel.: +55 11 2573 3181 E-mail: ronaldo.aoki@br.ey.com

Formulário de Referência – Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

2.3 - Outras Informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2.

Minuta 13/10/2020

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	15.186.000	1.312.000	84.000	3.288.000
Ativo Total	363.502.000	41.020.000	18.203.000	13.580.000
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	574.925.000	386.496.000	155.261.000	75.654.000
Resultado Bruto	38.830.000	15.403.000	1.183.000	6.117.000
Resultado Líquido	13.403.000	2.100.000	-2.334.000	2.903.000
Número de Ações, Ex- Tesouraria (Unidades)	1.100.000	1.100.000	1.100.000	1.100.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	13,81	1,19	0,08	2,99
Resultado Básico por Ação	12,18	1,91	-2,12	2,64
Resultado Diluído por Ação	12,18	1,91	-2,12	2,64

Minuta 13/10/2020

3.2 - Medições não contábeis**(a) valor das medições não contábeis**

Abaixo apresentamos a reconciliação entre o resultado líquido contábil consolidado (lucro ou prejuízo) dos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2019 e 2020, e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, além de nosso LAJIDA.

Medições não contábeis	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
(R\$ mil, exceto %)					
Receita Líquida de Vendas (a)	574.925	97.187	386.486	155.261	75.654
Resultado Bruto	38.830	9.911	15.403	1.183	6.117
Resultado líquido (b)	13.403	6.107	2.100	-2.334	2.903
<u>Ajustado por:</u>					
Adição do Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferida)	4.296	3.467	3.884	-786	1.523
Adição da depreciação e amortização	60	16	65	41	21
Adição do resultado financeiro Líquido	13.913	-1.564	4.306	1.891	141
Total a adicionar / (deduzir) ao resultado Líquido (c)	18.269	1.919	8.255	1.146	1.685
Lucro Antes dos Impostos Depreciação e Amortizações - LAJIDA (d) = (b+c)	31.672	8.026	10.355	-1.188	4.588
<u>Ajustado por:</u>					
Exclusão dos efeitos de Variação Passiva	-34.385	-1.252	-13.099	-3.215	-142
Exclusão dos efeitos de Variação Ativa	22.943	3.462	11.064	2.755	133
Total a adicionar / (deduzir) ao LAJIDA (e)	-11.443	2.210	-2.035	-460	-9
LAJIDA Ajustado (f) = (d + e)	20.229	10.236	8.320	-1.648	4.579
LAJIDA Ajustado / Receitas Líquidas de Venda (g) = (f)/(a)	3,5%	10,5%	2,2%	-1,1%	6,1%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Total dos resultados financeiros (despesas ou receitas) juntamente com os resultados dos impostos sobre a renda (despesas ou créditos), para fins gerenciais de apuração do resultado operacional líquido devem ser adicionados e/ou excluídos para que se tenha uma visão do resultado operacional livre dos resultados financeiros e de impostos.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Nossa administração juntamente com os demais concorrentes do mercado entendem ser a métrica mais adequada para equalizar os resultados uma vez que existem grupos mais e menos capitalizados, usar o LAJIDA sobre vendas subtrai principalmente o poder financeiro dos demais grupos sob os menos capitalizados, sendo um indicador mais justo para medir a eficiência operacional de cada um.

Minuta 13/10/2020

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às informações contábeis divulgadas em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020

Não houve eventos subsequentes às últimas informações contábeis divulgadas em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Minuta 13/10/2020

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2019	2018	2017
a. regras sobre retenção de lucros	Observado que durante o exercício em questão a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada, de acordo com o Contrato Social da Companhia vigente à época, o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes de 90% (noventa por cento) do capital social, sem previsão de regras específicas para retenção de lucros.	Observado que durante o exercício em questão a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada, de acordo com o Contrato Social da Companhia vigente à época, o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes de 90% (noventa por cento) do capital social, sem previsão de regras específicas para retenção de lucros.	Observado que durante o exercício em questão a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada, de acordo com o Contrato Social da Companhia vigente à época, o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes da maioria do capital social, sem previsão de regras específicas para retenção de lucros.
a.i. valores das retenções de lucros	A Companhia era uma sociedade limitada durante o exercício em questão e não havia previsão específica para retenção de lucros para o exercício em questão.	A Companhia era uma sociedade limitada durante o exercício em questão e não havia previsão específica para retenção de lucros para o exercício em questão.	A Companhia era uma sociedade limitada durante o exercício em questão e não havia previsão específica para retenção de lucros para o exercício em questão.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	0%	0%	20,3%
b. regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Contrato Social da Companhia (à época constituída sob a forma de sociedade limitada), o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes de 90% (noventa por cento) do capital social, observado que a distribuição de resultados seria limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, salvo se percentual superior fosse aprovado por sócios representantes de pelo menos 90% (noventa por cento) do capital social).	De acordo com o Contrato Social da Companhia (à época constituída sob a forma de sociedade limitada), o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes de 90% (noventa por cento) do capital social, observado que a distribuição de resultados seria limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, salvo se percentual superior fosse aprovado por sócios representantes de pelo menos 90% (noventa por cento) do capital social).	De acordo com o Contrato Social da Companhia (à época constituída sob a forma de sociedade limitada), o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes da maioria do capital social, sem previsão de regras específicas para retenção de lucros.

Minuta 13/10/2020

	2019	2018	2017
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Considerando que, à época, a Companhia era uma sociedade limitada, os sócios realizavam retiradas mensais a título de antecipação de dividendos.	Considerando que, à época, a Companhia era uma sociedade limitada, os sócios realizavam retiradas mensais a título de antecipação de dividendos.	Considerando que, à época, a Companhia era uma sociedade limitada, os sócios realizavam retiradas mensais a título de antecipação de dividendos.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não havia restrições às distribuições de dividendos	Não havia restrições às distribuições de dividendos	Não havia restrições às distribuições de dividendos
e. política de destinação de resultados	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, à época constituída sob a forma de sociedade limitada, não possuía qualquer política ou disposição adicional ao Contrato Social relativas à destinação de resultados.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, à época constituída sob a forma de sociedade limitada, não possuía qualquer política ou disposição adicional ao Contrato Social relativas à destinação de resultados.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, à época constituída sob a forma de sociedade limitada, não possuía qualquer política ou disposição adicional ao Contrato Social relativas à destinação de resultados.

Minuta 13/10/2020

3.5 – Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2020)		Exercício social 31/12/2019		Exercício social 31/12/2018		Exercício social 31/12/2017	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Lucro líquido ajustado								
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado								
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor								
Dividendo distribuído total								
Lucro líquido retido								
Data da aprovação da retenção								
Lucro líquido retido								
Dividendo Obrigatório								
Ordinária	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A
Preferencial	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A
Juros Sobre o Capital Próprio								
Ordinária	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A
Preferencial	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A

Minuta 13/10/2020

3.6 – Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2020)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Dividendos distribuídos a conta de lucros retidos ou de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores	0	-1.292.000	-870.000	0

Minuta 13/10/2020

3.7 – Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do passivo circulante e não circulante	Tipo de índice	Índice de Endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2020	348.317.000	Índice de Endividamento	23	Esse indicador demonstra a estrutura de capital de terceiros sobre o capital próprio (patrimônio líquido), na seção 3.9 demonstramos a análise do endividamento líquido utilizada no dia a dia da Companhia
31/12/2019	42.408.000	Índice de Endividamento	32	Esse indicador demonstra a estrutura de capital de terceiros sobre o capital próprio (patrimônio líquido), na seção 3.9 demonstramos a análise do endividamento líquido utilizada no dia a dia da Companhia

Minuta 13/10/2020

3.8 - Obrigações

Exercício Social (31/12/2019)						
Tipo de obrigação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um ano a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real	0	0	0	0	0
	Garantia Flutuante	0	0	0	0	0
	Quirografária	27.271.000	0	0	0	27.271.000
	Outras garantias ou privilégios	0	0	0	0	0
Empréstimo	Garantia Real	0	0	0	0	0
	Garantia Flutuante	0	0	0	0	0
	Quirografária	0	0	0	0	0
	Outras garantias ou privilégios	0	0	0	0	0
Título de dívida	Garantia Real	0	0	0	0	0
	Garantia Flutuante	0	0	0	0	0
	Quirografária	0	0	0	0	0
	Outras garantias ou privilégios	0	0	0	0	0
Total	Garantia Real	0	0	0	0	0
	Garantia Flutuante	0	0	0	0	0
	Quirografária	27.271.000	0	0	0	27.271.000
	Outras garantias ou privilégios	0	0	0	0	0
<p>Observações:</p> <p>As informações prestadas neste item se referem às informações contábeis consolidadas da Companhia.</p> <p>Para segregação das obrigações da Companhia, foram levados em consideração os seguintes critérios:</p> <p>(i) foram consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por garantia real, assim entendidas a hipoteca e o penhor, dentre outras garantias reais;</p> <p>(ii) foram consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias; e</p> <p>(iii) a Companhia não possui dívidas com garantia flutuante.</p>						

Minuta 13/10/2020

Em (30/06/2020)						
Tipo de obrigação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um ano a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real	0	0	0	0	0
	Garantia Flutuante	0	0	0	0	0
	Quirografária	123.818.000	0	0	0	123.818.000
	Outras garantias ou privilégios	0	0	0	0	0
Empréstimo	Garantia Real	0	0	0	0	0
	Garantia Flutuante	0	0	0	0	0
	Quirografária	0	0	0	0	0
	Outras garantias ou privilégios	0	0	0	0	0
Título de dívida	Garantia Real	0	0	0	0	0
	Garantia Flutuante	0	0	0	0	0
	Quirografária	0	0	0	0	0
	Outras garantias ou privilégios	0	0	0	0	0
Total	Garantia Real	0	0	0	0	0
	Garantia Flutuante	0	0	0	0	0
	Quirografária	123.818.000	0	0	0	123.818.000
	Outras garantias ou privilégios	0	0	0	0	0
<p>Observações:</p> <p>As informações prestadas neste item se referem às informações contábeis consolidadas da Companhia.</p> <p>Para segregação das obrigações da Companhia, foram levados em consideração os seguintes critérios:</p> <p>(i) foram consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por garantia real, assim entendidas a hipoteca e o penhor, dentre outras garantias reais;</p> <p>(ii) foram consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias; e</p> <p>(iii) a Companhia não possui dívidas com garantia flutuante.</p>						

Minuta 13/10/2020

3.9 - Outras informações relevantes**Informações Adicionais: Distribuição de Dividendos e Retenção de Lucros**

Com relação às informações prestadas nos itens 3.4, 3.5 e 3.6 acima, a Companhia esclarece que ela foi originalmente constituída sob a forma de sociedade limitada, tendo sido convertida em sociedade por ações em 31 de maio de 2020. Nesse sentido, para os exercícios findos em 2019, 2018 e 2017, eram observadas as regras de distribuição e retenção de lucros, conforme descritas no item 3.4 acima. Sem prejuízo, em 31 de julho de 2020, os acionistas da Companhia deliberaram, em assembleia geral ordinária, dentre outros assuntos, pela (1) aprovação da destinação do resultado líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$2.099.669,10, já descontadas as quantias previstas em lei, da seguinte forma: (i) distribuição de dividendos proporcionais aos seus acionistas em moeda corrente nacional, no decorrer do exercício social presente, no valor total de R\$1.328.500,00; (ii) retenção pela Companhia do saldo remanescente do lucro líquido apurado, já descontadas as distribuições mencionadas no item anterior, no valor de R\$771.169,10, conforme proposta da administração e alocado na conta de reserva de lucros da Companhia; e (2) ratificação da distribuição de dividendos realizada antecipadamente no primeiro semestre de 2020 aos então sócios da Companhia, no valor total de R\$878.500,00 integralmente pago em moeda corrente nacional.

Informações Adicionais: Endividamento Líquido Ajustado

O endividamento líquido ajustado é o que melhor reflete a realidade da Companhia, uma vez que: 1) os estoques de commodities são extremamente líquidos e de fácil realização em caixa, que juntamente com as disponibilidades podem a qualquer momento ser utilizados para pagamento de dívida bancária; 2) a grande parte dos financiamentos bancários são justamente para aquisição dos estoques, que por sua vez são utilizados em garantia da dívida; e 3) a empresa se protege contra a flutuação do preço em dólar contratando instrumentos derivativos financeiros como instrumento de proteção (NDFs). Segue abaixo o quadro resumo do endividamento líquido ajustado:

Endividamento Líquido Ajustado.	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Empréstimos/Financiamentos - CP	-123.818.000	-16.114.000	-27.271.000	-16.285.000	-5.740.000
Empréstimos/Financiamentos - LP	0	0	0	0	0
Empréstimos/Financiamentos - Total	-123.818.000	-16.114.000	-27.271.000	-16.285.000	-5.740.000
Non Deliverable Forward (NDFs) - Ativo	2.487.000	2.536.000	3.108.000	0	5.000
Non Deliverable Forward (NDFs) - Passivo	-21.267.000	-31.000	-1.153.000	-376.000	-202.000
Non Deliverable Forward (NDFs) - Total	-18.780.000	2.505.000	1.955.000	-376.000	-197.000
TOTAL Endividamento bancario Total	-142.598.000	-13.609.000	-25.316.000	-16.661.000	-5.937.000
Adjustes:					
Dedução: Caixa e Equivalente de Caixa	18.087.000	10.981.000	9.107.000	4.234.000	2.351.000
Dedução: Estoques a mercado	163.938.000	54.108.000	2.331.000	1.453.000	0
Total das deduções	182.025.000	65.089.000	11.438.000	5.687.000	2.351.000
TOTAL Endividamento Líquido Ajustado	39.427.000	51.480.000	-13.878.000	-10.974.000	-3.586.000

Minuta 13/10/2020

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao Emissor

A atividade da Companhia apresenta riscos operacionais relevantes que se materializados podem resultar na paralisação parcial de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condições financeiras.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos operacionais, os quais podem causar a paralisação de suas atividades. Para o desenvolvimento dos seus negócios, a Companhia depende da contínua operação logística, que contempla estradas, ferrovias, armazéns, portos, entre outros. Tais operações podem ser interrompidas por fatores exógenos, como, por exemplo, ocorrências de movimentos sociais, desastres naturais, quedas de energia e greves. Celebramos contratos com terceiros para prestar serviços de transporte e logística necessários para as nossas operações. Por consequência, a rescisão ou término desses ou a incapacidade da Companhia em renová-los ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços em condições semelhantes poderá afetar significativamente a nossa situação financeira e operacional. Além disso, a maioria dos prestadores de serviços de transporte e logística da Companhia atuam sob registro perante o governo brasileiro e a perda ou não renovação de tais registros podem afetar adversamente a situação financeira e operacional da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar a extensão dos impactos futuros da COVID-19 para a operação de nossos negócios. Temos conhecimento de que os impactos da pandemia da COVID-19 são incertos e poderão afetar negativamente nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa.

A Companhia pode ser afetada material e adversamente se as operações da estrutura de transporte, armazenamento, distribuição e portos que possui, ou utiliza, passarem por interrupções significativas.

As operações da Companhia dependem da operação ininterrupta da estrutura de transporte, armazenamento, distribuição e portos que possui ou utiliza. Referidas operações podem ser parciais ou totalmente interrompidas, temporária ou permanentemente, como consequência de inúmeras circunstâncias que não estão no controle da Companhia, tais como:

- desastres naturais ou catástrofes;
- quedas de energia;
- dependência do modal rodoviário;
- greves de caminhoneiros, aduaneiros e/ou portuários;
- atrasos ou suspensões das atividades dos nossos fornecedores em decorrência dos efeitos da Coronavírus;
- manifestações político-sociais;
- problemas com tecnologia ou sistemas de comunicação;
- suspensão ou encerramento das licenças ou concessões dadas à Companhia, aos seus parceiros comerciais ou contratadas independentes relacionadas ao direito de prestação de um serviço específico;
- rescisão ou término de contratos com terceiros para prestação de serviços de transporte e logística necessários para as suas operações, ou não renovação de referidos contratos em condições semelhantes.

Minuta 13/10/2020

Qualquer interrupção significativa nestas operações ou a incapacidade de transportar os produtos dessas instalações (inclusive por meio de exportações), aos seus clientes, podem vir a causar impactos materiais adversos sobre a Companhia.

O crescimento futuro da Companhia poderá exigir o aporte de recursos adicionais, que poderão não estar disponíveis ou, caso disponíveis, poderão não ser em condições satisfatórias. Uma das opções para obtenção de capital adicional é por meio da emissão de valores mobiliários, podendo resultar na diluição da participação do acionista em seu capital social

A Companhia necessita de investimentos significativos a fim de implementar suas estratégias de crescimento. Nesse sentido, a Companhia pode precisar levantar recursos adicionais provenientes de emissão de valores mobiliários, de títulos de dívida ou de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras ou ainda por meio da venda de ativos. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade desses recursos adicionais ou, se disponíveis, que eles estarão mobilizados em condições e montantes satisfatórios, particularmente tendo em vista a pandemia da COVID-19, ou ainda, que não será afetada por eventual redução na classificação de risco de crédito. A falta de acesso a tais recursos em condições e montantes satisfatórios poderá ter efeitos adversos nos resultados da Companhia, aumentar o seu custo de capital, prejudicar sua capacidade de implementar seu plano de investimento e sua estratégia de crescimento, assim como restringir o crescimento e desenvolvimento futuros e suas atividades.

Caso a Companhia opte por captar recursos por meio de distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, que pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência de seus acionistas, o preço de suas ações pode ser afetado e, ainda, resultar na diluição da participação do investidor em seu capital social.

A perda de membros da alta administração da Companhia, ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrar seus quadros, pode ter um efeito adverso relevante sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços e desempenho de sua alta administração. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo do seu crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros da alta administração da Companhia ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A estratégia de gestão de riscos poderá não ser eficaz

Os negócios da Companhia são afetados por oscilações nos preços das commodities agrícolas, fretes, preços de energia, taxas de juros e câmbio. Alguns dos métodos de gestão de riscos baseiam-se no uso do comportamento histórico do mercado. Essa exposição poderá derivar, por exemplo, de fatores que a Companhia não foi capaz de prever ou de avaliar corretamente em seus modelos estatísticos, o que limitará a capacidade de administrar os riscos associados aos seus negócios. Em consequência, as perdas poderão ser significativamente maiores do que as indicadas no histórico. Além disso, o modelo quantificado não abrange todos os riscos.

A Companhia pode não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em consequência do descasamento de prazos ou de volume entre os recebimentos e pagamentos

Minuta 13/10/2020

O Risco de Liquidez se materializa com a possibilidade da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em consequência do descasamento de prazos ou de volume entre o recebimentos e pagamentos.

Caso a Companhia não seja capaz de honrar seus compromissos de forma devida ou tempestiva, assim como observar a sua política de gestão de liquidez nos termos acima, seus resultados poderão ser afetados, assim como pode não ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras. Para mais informações, ver Seção 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A extensão, percepção e maneira pela qual a pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros que são incertos e imprevisíveis e que podem ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxo de caixa, bem como em nossa capacidade de continuar operando.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

No final de 2019, a COVID-19 foi detectado pela primeira vez em Wuhan, na China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 uma pandemia como resultado de sua dispersão global. A pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbações significativas. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições ao movimento de pessoas e medidas de distanciamento social, que podem continuar por um período de tempo significativo.

A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos do mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito. Por exemplo, como resultado do aumento da volatilidade, o disjuntor do B3 foi acionado oito vezes em março de 2020 e o valor dos ativos na bolsa foi afetado negativamente. As preocupações do mercado podem resultar em liquidez reduzida e acesso a financiamento nos mercados locais e internacionais, nos afetando material e adversamente.

As medidas adotadas pelas autoridades governamentais em todo o mundo, incluindo o Brasil, para estabilizar os mercados e apoiar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar o aumento da volatilidade ou evitar reduções severas na atividade econômica. Uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, que resultou em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que o surto diminuir, tem potencial para diminuir a demanda pelos nossos produtos. Como resultado, acreditamos que a pandemia provocada pelo novo coronavírus pode afetar negativamente nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa. Além disso, as medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades governamentais para controlar a pandemia da COVID-19 resultaram em uma redução acentuada e, em certos casos, uma suspensão nas operações de empresas em diversos setores com os quais negociamos, incluindo nossos fornecedores. Até a data deste formulário de referência, não há garantia de quanto tempo essas medidas permanecerão em vigor. Essas políticas e medidas impactaram o comportamento do consumidor e o comportamento da população em geral, bem como a demanda por serviços, produtos e crédito. Essas medidas também resultaram em uma diminuição e, em certos casos, em uma suspensão nas operações de empresas em diversos setores. Após a diminuição do surto da COVID-19, ainda estaremos sujeitos à impactos adversos em nossos negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer

Minuta 13/10/2020

recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil que ocorreu ou possa vir a ocorrer.

Não podemos prever a extensão, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes que possam nos guiar quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Desta forma, o impacto final da pandemia da COVID-19 ou de um surto de doença semelhante é altamente incerto. A extensão da pandemia da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios (quer do ponto de vista micro, quer do ponto de vista macroeconômico) depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Especificamente, não podemos prever os efeitos diretos e indiretos exatos que a pandemia da COVID-19 e a resposta do governo brasileiro à pandemia terão em nossos negócios, resultados de operações e condição financeira, incluindo (1) o efeito da pandemia da COVID-19 em nossa condição financeira e resultados operacionais, bem como em tendências e perspectivas econômicas gerais ou seu impacto em nosso capital, investimentos, recursos financeiros e liquidez, (2) impacto em nossas operações futuras, (3) impacto em nossas despesas ou acesso a capital e financiamento, (4) o surgimento de contingências relevantes relacionadas à pandemia da COVID-19, (5) como a COVID-19 afetará nossos ativos do balanço patrimonial e o registro oportuno de nossos ativos, (6) nossa capacidade de prever quaisquer perdas materiais, aumentos nas provisões para operações de crédito, bem como reestruturações e outras despesas, (7) quaisquer alterações nos julgamentos relacionados a questões contábeis como resultado de informações novas ou revisadas, (8) o valor da redução total na demanda por bens e serviços, particularmente os afetados por medidas de distanciamento social, (9) o impacto em nossa cadeia de suprimentos, (10) o impacto na proporção de nossos custos e receitas, (11) o impacto da incerteza econômica e social geral, incluindo aumentos nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, na inflação e no desemprego, (12) o impacto da pandemia da COVID-19 na nossa capacidade de cumprir nossas obrigações de endividamento e (13) outros impactos e consequências imprevistas.

A pandemia também pode causar interrupções materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, faltas de funcionários como resultado de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Também não podemos estimar os impactos que a pandemia do COVID-19 terá sobre demanda, desemprego, atividade econômica ou a duração do ambiente econômico atual. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a restrições de viagens ou governamentais relacionadas à pandemia, nossas operações poderão ser afetadas adversamente. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos que enfrentamos, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas e exija políticas públicas que restrinjam o movimento de pessoas e/ou contato social pode ter um impacto adverso em nossos negócios e na economia brasileira. Os surtos de doenças também podem impossibilitar nossos funcionários de irem para nossas instalações (inclusive como resultado de medidas preventivas ou devido à contaminação em larga escala de nossos funcionários), o que nos impediria de operar nossos negócios normalmente.

A extensão da pandemia da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios (quer do ponto de vista micro, quer do ponto de vista

Minuta 13/10/2020

macroeconômico) depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não ocorram. Se ocorrer algum desses surtos, não podemos garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo igual ou superior ao impacto causado pela pandemia da COVID-19.

A Companhia pode ser responsabilizada de forma solidária ou subsidiária por dívidas trabalhistas de terceirizados.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços a Companhia, como as empresas que atuam nos setores de transportes, segurança, serviços de limpeza, dentre outros, não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia pode ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas dessas empresas, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de eventuais processos trabalhistas e eventualmente obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades.

b) ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Interesses dos acionistas controladores da Companhia podem conflitar com interesses de investidores.

Os acionistas controladores, conforme identificados no item 15.1 (a) deste Formulário de Referência, têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e, exceto por situações específicas previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, e observada a disciplina do conflito de interesses no exercício do direito de voto, determinar os resultados de qualquer deliberação que exija aprovação dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e alienações, e o momento do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo mínimo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Os interesses dos acionistas controladores poderão não coincidir ou ser conflitante com os interesses dos demais acionistas, o que pode resultar em tomada de decisão menos favorável à Companhia do que aos acionistas controladores, prejudicando os negócios da Companhia, podendo gerar um impacto adverso em suas operações.

c. a seus acionistas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acionistas não controladores.

d. a suas controladas e coligadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui riscos específicos relacionados às suas controladas e coligadas.

e. a seus fornecedores

Riscos relacionados à terceirização de parte substancial de nossas atividades de serviços dedicados à cadeia de suprimentos e de transporte de cargas gerais podem nos afetar adversamente.

Respondemos integralmente, perante nossos clientes, por eventuais falhas na prestação do serviço realizado por agregados e terceiros que contratamos, e não podemos garantir que o serviço prestado pelos mesmos apresente a mesma excelência daquele prestado por nossos

Minuta 13/10/2020

empregados. Ainda, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer uma dessas hipóteses ocorra, nossa reputação e nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Além disso, na hipótese de uma ou mais empresas terceirizadas não cumprirem com suas obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, seremos considerados subsidiariamente responsáveis e poderemos ser obrigados a pagar tais valores aos empregados das empresas terceirizadas inadimplentes. Não podemos garantir que empregados de empresas terceirizadas não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco.

Interrupção ou inadimplemento no fornecimento ou insolvência por parte dos fornecedores da Companhia poderá fazer com que a Companhia tenha que adquirir no mercado, com maior preço, o mesmo volume de mercadoria para cumprir com as obrigações com seus clientes, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

A Companhia celebra contratos com seus fornecedores, com obrigação de entrega futura de mercadorias e preço determinado no ato de celebração dos contratos. Qualquer interrupção ou inadimplemento no fornecimento ou insolvência por parte dos fornecedores poderá fazer com que a Companhia tenha que adquirir no mercado, com maior preço, o mesmo volume de mercadoria para cumprir com as obrigações com seus clientes, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Oscilações nos preços das *commodities* poderão afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia

Variações nos preços das *commodities* negociadas pela Companhia poderão aumentar os custos da Companhia e afetar adversamente sua situação financeira, rentabilidade e resultados operacionais. Adicionalmente, alterações na legislação tributária, com alteração de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos que venham a encarecer as *commodities* negociadas pela Companhia, em valores mais elevados do que o mercado consumidor possa absorver, dificultando a comercialização dos produtos finais, ou diminuindo a lucratividade da Companhia, pode impactar negativamente as atividades, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Mudanças na qualidade de crédito dos fornecedores para os quais tenham sido efetuados adiantamentos podem causar um efeito adverso relevante sobre o valor dos ativos, patrimônio e resultados da Companhia.

A Companhia, em determinados casos, realiza pagamentos de forma adiantada a certos fornecedores por força de disposições contratuais. Ao realizar adiantamentos aos seus fornecedores, a Companhia assume risco de inadimplência. Desta forma, mudanças no ambiente macroeconômico, nas condições específicas dos seus mercados de atuação, ou ainda problemas relacionados à gestão destes fornecedores, podem atrasar ou impedir o pagamento de tais valores à Companhia, impactando diretamente o valor dos seus ativos e capital de giro.

f. a seus clientes

Nossos maiores clientes representam um percentual relevante de nossa receita total. A rescisão dos respectivos contratos pode nos afetar adversamente

Historicamente, a Companhia apresenta concentração relevante de receitas em determinados clientes (em 31 de dezembro de 2017, um cliente no Brasil foi responsável por 52% da nossa

Minuta 13/10/2020

receita, em 31 de dezembro de 2018, um cliente no Brasil foi responsável por 17% da nossa receita e outro cliente em Cingapura foi responsável por 16%, e em 31 de dezembro de 2019, um cliente na Turquia foi responsável por 32% da nossa receita). Nesse sentido, caso tais contratos de montante relevante sejam rescindidos, voluntariamente ou em decorrência de decisões judiciais, nossos resultados financeiros poderão ser afetados de maneira adversa.

Situações adversas na situação econômico-financeira de clientes que sejam, em conjunto ou isoladamente, representativos para a Companhia, podem causar um efeito adverso significativo nos resultados da Companhia.

O relacionamento da Companhia com seus clientes não envolve contratos de longo prazo e um ou mais destes clientes podem decidir adquirir produtos de concorrentes. Qualquer interrupção na relação da Companhia com estes ou outros clientes que sejam relevantes, ou qualquer redução na capacidade financeira de tais clientes, como consequência de situações imprevisíveis nos setores em que atuam, incluindo qualquer impacto oriundo da pandemia da COVID-19, podem causar efeito adverso significativo nos seus resultados. A Companhia pode não receber de seus clientes os valores ou créditos devidos em virtude da venda de seus produtos, ou receber os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. A inadimplência por parte dos clientes da Companhia, pode ter um efeito adverso significativo nos seus resultados.

Além disso, não podemos prever a extensão, duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19 e consequente impacto negativo na conjuntura econômica em nossos maiores clientes, e em seus respectivos negócios ou resultados financeiros, de forma que o impacto final da pandemia da COVID-19 para tais clientes é altamente incerto.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Greves e paralisações podem afetar nossas operações e impactar os nossos resultados.

As nossas operações de transporte e de serviços logísticos podem ser afetadas em caso de paralisações significativas e greves envolvendo caminhoneiros ou carreteiros, como a ocorrida em maio de 2018. A ocorrência desses eventos poderá afetar adversamente nossos negócios, relacionamento com clientes e nossos resultados operacionais.

A disponibilidade e o preço de produtos agrícolas poderão ser afetados pelo clima, pragas, programas governamentais e outros fatores alheios ao controle da Companhia

A disponibilidade e o preço dos produtos agrícolas estão sujeitos a uma grande oscilação, devido a fatores imprevisíveis, como o clima, o plantio, os programas e políticas agrícolas do governo, alterações da demanda global decorrentes do crescimento populacional e da mudança dos padrões de vida, a produção global de produtos agrícolas substitutos aos originados e comercializados pela Companhia, epidemias que influenciem a demanda de matéria-prima e desequilíbrios temporários entre a oferta e a demanda. Historicamente, estes fatores provocam volatilidade no setor de produtos agrícolas e, portanto, na disponibilidade e no preço dos produtos agrícolas originados e distribuídos pela Companhia. Uma redução da oferta de produtos agrícolas devido a qualquer dos fatores acima mencionados elevaria os custos dos produtos agrícolas produzidos pela Companhia, o que poderia afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. A redução da oferta de tais produtos poderá também limitar a capacidade da Companhia de transportar e distribuir produtos agrícolas de maneira eficiente, o que poderá afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Minuta 13/10/2020

A Companhia está sujeita aos riscos do setor de alimentos

Alguns dos produtos a serem distribuídos pela Companhia serão usados como ração ou ingrediente de ração para gado e aves, por esse motivo a Companhia estará sujeita a riscos de demanda associados a surtos de doenças do gado e das aves, entre as quais a gripe aviária, a encefalopatia espongiforme bovina (ou “doença da vaca louca”) ou a febre aftosa. Surtos de doenças poderão afetar negativamente a demanda pelos produtos distribuídos pela Companhia que são utilizados como ração ou ingrediente de ração para gado e aves. Além disso, riscos reais ou aparentes à saúde associados aos produtos distribuídos pela Companhia, incluindo a eventual publicidade negativa referente a tais riscos, poderá também fazer com que os clientes percam confiança na segurança e qualidade destes produtos. Mesmo que os produtos mencionados não sejam afetados por contaminação, o setor poderá sofrer com publicidade negativa se os produtos de outros produtores forem contaminados, o que poderá resultar na redução da demanda pelos produtos distribuídos pela Companhia na categoria afetada. Essa redução da demanda poderá afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso em nossos negócios e no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por nós.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. Não temos controle e não podemos prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- greves de motoristas
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- novas legislações determinadas pela ANTT;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Historicamente, a política tem afetado diretamente a economia do País. Crises políticas no passado contribuíram para a redução no nível de confiança de investidores e da população, o que resultou no desaquecimento da economia e na conseqüente volatilidade dos valores mobiliários de companhias brasileiras.

Minuta 13/10/2020

Muito embora seja um risco com os possíveis impactos descritos acima, a Companhia não faz aferição e gestão de resultados nesse nível de detalhe.

Riscos relacionados à inflação

No passado, o Brasil sofreu com taxas de inflação extremamente altas e, conseqüentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre janeiro de 2004 e dezembro de 2014, a SELIC variou entre 7,12% e 11,65% ao ano. No ano de 2015 a SELIC variou de 11,65% e 14,15% ao ano, em 2016 a SELIC variou de 13,65% e 14,15% ao ano e em 2017 a SELIC variou de 6,65% e 12,90%. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

A Companhia entende que não é possível quantificar este risco.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

As políticas governamentais e regulamentações ambientais com efeitos sobre os setores agrícola e energético poderão afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia

A produção agrícola e os fluxos de comércio estão sujeitos a políticas e regulamentações governamentais. As políticas com efeitos sobre o setor agrícola dos governos dos países em que a Companhia atua, tais como impostos, tarifas, subsídios e restrições à importação e exportação de commodities agrícolas e produtos de commodities, poderão influenciar o plantio de certos produtos, a localização e o porte da produção das lavouras, o comércio de produtos de commodities brutos ou processados, o volume e os gêneros de importações e exportações e a lucratividade do setor. Além disso, as disputas do comércio internacional, em especial as da Organização Mundial do Comércio (OMC), poderão afetar negativamente os fluxos de comércio de commodities agrícolas, por limitar ou interromper o comércio entre países ou regiões. As futuras políticas governamentais poderão afetar adversamente a oferta, a demanda e os preços dos produtos que são originados e distribuídos pela Companhia, restringir sua capacidade de fazer negócios em mercados em que já atua e em mercados alvo, e afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos anticorrupção, anti-suborno, anti-lavagem de dinheiro e regulações antitruste. A violação de quaisquer leis ou regulações pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

A Companhia está sujeita às leis e regulações anticorrupção, anti-suborno, anti-lavagem de dinheiro, antitruste e demais regulamentos relacionados. A Companhia deve cumprir com as leis e regulações aplicáveis ao Brasil e pode se tornar sujeita às leis e regulações de outros países. Não há garantia de que as políticas e procedimentos internos da Companhia serão suficientes para prevenir ou detectar quaisquer práticas inapropriadas, fraudes ou violações de tais leis e regulações pelas suas afiliadas, empregados, conselheiros de administração, conselheiro fiscal, administradores, diretores, funcionários/agentes, executivos, sócios, acionistas, representantes e prestadores de serviços da Companhia, nem que tais trabalhadores não agirão de forma a

Minuta 13/10/2020

violar nossas políticas e procedimentos. Qualquer violação por parte da Companhia ou suas afiliadas, empregados, conselheiros de administração, conselheiro fiscal, administradores, diretores, funcionários/agentes, executivos, sócios, acionistas, representantes ou prestadores de serviço pode causar efeito adverso para os negócios, reputação, resultado de operações e situação financeira da Companhia.

Alterações na legislação fiscal e tributária brasileira podem causar impactos adversos sobre os resultados da Companhia.

O governo brasileiro frequentemente implementa alterações aos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes e fornecedores. Essas alterações incluem alterações nas alíquotas de imposto e, ocasionalmente, a aprovação de tributos temporários, cujas receitas são destinadas a fins governamentais previamente designados.

Atualmente, o Congresso brasileiro está analisando propostas para a implementação de uma reforma tributária, as quais podem eliminar os impostos federais IPI, PIS e COFINS, o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS, para criar um novo imposto único, o Imposto sobre Transações de Bens e Serviços (IBS), cobrado sobre o consumo, bem como inserir a tributação de dividendos.

Algumas destas alterações podem resultar em aumento no pagamento de impostos por parte da Companhia, o que pode afetar adversamente a lucratividade do setor, aumentar os preços dos produtos da Companhia, restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados-alvo e existentes e prejudicar seus resultados financeiros. A Companhia não pode garantir que o governo brasileiro não implementará uma reforma tributária ou mudanças nas leis e regulamentos aplicáveis, alterando o sistema tributário ao qual está sujeita atualmente, bem como que eventuais incentivos fiscais serão mantidos ou renovados em condições favoráveis para a Companhia. Se essas mudanças aumentarem direta ou indiretamente a carga tributária devida pela Companhia, a sua margem bruta poderá diminuir e, conseqüentemente, ter um impacto relevante nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, diante dos efeitos socioeconômicos ocasionado pela pandemia da COVID-19, a Companhia também não pode assegurar quais ações serão tomadas em relação à legislação fiscal e tributária brasileira e em que medida tais ações poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) possui e divulga uma agenda para aprovação de novos pronunciamentos contábeis, sobre a qual a Companhia não tem controle e que pode ser alterada. Dessa forma, a Companhia não pode prever quais serão os novos pronunciamentos contábeis a serem emitidos no futuro. Em razão disso, futuras demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia poderão eventualmente vir a ser alteradas de maneira relevante em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e normatizados pela Comissão de Valores Mobiliários.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

As exportações da Companhia estão sujeitas a riscos ligados a operações internacionais.

A Companhia opera em mercados fora do Brasil, por meio de exportações. Operar em diferentes regiões e países pode expor a Companhia a riscos políticos, econômicos e a diversos requisitos regulatórios estrangeiros que estão sujeitos a mudanças, cabendo destacar: (i) desvalorizações e outras mudanças cambiais; (ii) inflação; (iii) políticas de controle de câmbio; (iv) instabilidade

Minuta 13/10/2020

social; (v) instabilidade de preços; (vi) desabastecimento de energia; (vii) flutuações das taxas de juros; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) política fiscal; (x) políticas alfandegárias; (xi) alterações nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e (xii) outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que afetem os países para os quais a Companhia exporta seus produtos. Os efeitos desses e outros riscos semelhantes poderão, isoladamente ou em conjunto, afetar o negócio, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, de maneira adversa e relevante. A pandemia global da COVID-19 pode impactar as exportações de produtos da Companhia, devido a implementação de medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. Não podemos prever a extensão, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes que possam nos guiar quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Desta forma, o impacto final da pandemia da COVID-19 ou de um surto de doença semelhante é altamente incerto.

Os negócios da Companhia podem sofrer impactos negativos pelos riscos relacionados à celebração de operações de derivativos para fins de *hedge*.

A Companhia celebrou, e pode de tempos em tempos, celebrar novas operações de derivativos de moeda e/ou juros para fins de *hedge*, em conformidade com a sua política de gestão financeira e de riscos. Sendo assim, a Companhia estaria exposta a alterações potenciais no valor de tais instrumentos derivativos.

O valor justo destes instrumentos poderia aumentar ou diminuir antes de sua data de liquidação. Como resultado, a Companhia poderia incorrer em perdas não realizadas devido aos riscos desses fatores de mercado.

A Companhia está sujeita a riscos regulatórios associados às suas operações internacionais.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações internacionais em áreas como marcas registradas, patentes e tributos.

Adicionalmente, as leis e regulamentos ambientais, em certos países, podem ser mais rígidos que as leis e regulamentos do Brasil, causando um aumento de custos da Companhia para o cumprimento da legislação. Caso ocorra algum descumprimento, tal fato pode levar estes países a impor sanções relacionadas ao comércio com o Brasil ou para o setor de atuação da Companhia.

Uma eventual incapacidade da Companhia de cumprir leis e regulamentos ambientais internacionais poderia impedi-la de buscar financiamentos de menor custo em organizações internacionais de desenvolvimento multilateral, ou relacionadas ao governo, o que pode condicionar a disponibilidade de futuros financiamentos ao cumprimento pela Companhia de leis e regulamentos ambientais mais rígidos.

Medidas restritivas as exportações para mercados internacionais importantes podem afetar adversamente a Companhia.

A competitividade das empresas brasileiras tem levado certos países a estabelecer barreiras comerciais para restringir o acesso de empresas brasileiras a seus mercados ou até mesmo para

Minuta 13/10/2020

subsidiar os produtores locais. Alguns países podem impor quotas sobre os produtos brasileiros. Ainda, a demora na alocação dessas quotas ou mudanças nas leis ou políticas a elas relacionadas podem causar efeito adverso em nossas exportações. Qualquer tipo de restrição deste tipo pode afetar o volume de exportação da Companhia e, conseqüentemente, as condições financeiras destas exportações. No caso de novas barreiras comerciais serem criadas para mercados relevantes para os quais a Companhia exporta, a Companhia pode ter dificuldade para vender seus produtos em outros mercados em condições favoráveis, o que poderá causar um efeito adverso relevante na Companhia.

j. as questões socioambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

Estamos sujeitos a legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos nossos custos e despesas, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

Minuta 13/10/2020

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia apresenta abaixo os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas.

Risco Cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente o dólar norte-americano e o euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia e suas controladas está apresentado abaixo, indicada em milhares de reais e indexada ao dólar norte-americano a cada fechamento de balanço:

Em moeda estrangeira	Instituição Financeira	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
ACC	ABC	1.516		1.082		
ACC	Banco do Brasil	10.866	8.561	8.583	8.939	
ACC	Bradesco	11.991		8.594		
ACC	Itaú	8.819	5.514	2.960	7.346	4.647
FIDC	Multiplica	12.486				369
ACC	Safra					665
ACC	Santander	2.837	2.039	6.052		
FIDC	Valora	75.303				
		123.818	16.114	27.271	16.285	5.681

Um quadro de instabilidade cambial poderá causar um efeito relevante e adverso nos resultados da Companhia. As desvalorizações do Real em relação ao Dólar e a outras principais moedas estrangeiras podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, a Companhia. Desvalorizações do Real podem causar aumento de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos indexados à variação de moedas estrangeiras.

Por outro lado, a valorização do Real pode causar deterioração nas contas atuais do Brasil e em seu balanço de pagamentos, bem como um enfraquecimento do crescimento do produto interno bruto gerado pelas exportações. Não temos qualquer influência sobre a política cambial adotada no Brasil e somos incapazes de prever variações nas taxas de câmbio. Portanto, podemos ser adversamente afetados por políticas de câmbio.

Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Risco da taxa de juros

O governo brasileiro exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderá vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia. A política macroeconômica adotada pelo governo brasileiro pode contribuir para incerteza econômica no Brasil e causar flutuações nas taxas de juros e inflação nacionais, que poderão afetar adversamente a Companhia em função da

Minuta 13/10/2020

existência de ativos e passivos indexados à variação das taxas TJLP, CDI, SELIC e do EURIBOR.

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorre dos possíveis descasamentos dos prazos, financeiros ou indexadores de seus ativos e passivos.

Minuta 13/10/2020

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 30 de junho de 2020, não figurávamos como parte de nenhum processo judicial ou administrativo relevante.

4.3.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Não aplicável, pois não houve descrição de processos no item 4.3.

Minuta 13/10/2020

4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

Minuta 13/10/2020

4.4.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou suas controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

Minuta 13/10/2020

4.5 – Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos.

Minuta 13/10/2020

4.6 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia.

Minuta 13/10/2020

4.6.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia.

Minuta 13/10/2020

4.7 – Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

Minuta 13/10/2020

4.8 – Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desses direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

Minuta 13/10/2020

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada. No entanto, a Companhia adota, como prática em seus negócios, as estratégias de proteção de riscos abaixo descritas, as quais entende serem adequadas para o setor de atuação da Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos abaixo relacionados:

Risco de Mercado: O termo "Risco de Mercado" se refere a fatores no mercado que afetam o valor de qualquer posição de risco aberta, em geral posição com maior liquidez. O fator mais comum é o risco de preço da *commodity*, que pode ser dividido em *flat price risk* e *basis risk*. Esses riscos são administrados por meio da gestão de posições "Long e Short" e com os instrumentos e veículos descritos.

Risco de Liquidez: O termo "Risco de Liquidez" refere-se ao risco de a Companhia ter uma posição física em *commodities* para a qual não consegue encontrar um comprador (ou vendedor) com quem fechar a posição. O risco de liquidez aumenta à medida que a Companhia negocia contratos físicos ou futuros mais distantes e é quantificado pelo prazo e pelo *notional (valor do principal)*. Estes limites restringem até que ponto dos futuros a companhia pode negociar.

Risco de Crédito: Risco de crédito é o risco de não pagamento por um cliente ou contraparte, seja ele do principal envolvido, ou apenas da diferença do valor do contrato, o valor a mercado.

Risco País: O risco-país é um conjunto de riscos associados aos investimentos que investidores, em geral não residentes, observam antes e durante os investimentos. Os riscos incluídos neste conceito são os riscos cambiais, riscos econômicos, riscos políticos internos e externos, riscos legais, regulamentais, burocráticos, riscos soberanos (ou de convertibilidade) - risco de o capital ser congelado por ação governamental, dentre outros riscos. Cada país tem um tipo diferente de risco-país, alguns com riscos mais elevados não incentivariam qualquer tipo de investimento estrangeiro. Embora o risco-país de alguns países possa ter um impacto relevante e sensível na economia em geral deste país, a maioria dos outros países chamados "desenvolvidos" não sentem um impacto maior devido a este risco. Existem várias causas raiz que contribuem para o risco-país: má gestão política, e inquietação social, baixo crescimento econômico, trabalho e emprego, instabilidade política, dentre outros. Em casos extremos são postas em prática novas políticas econômicas que podem resultar na expropriação de ativos, controle do fluxo de caixa e elevados impostos e tarifas para investidores estrangeiros. Há um prêmio de Risco País, que é o custo de risco adicional que está relacionado ao investimento em uma companhia, fundo, *endowment*, que os governos internacionais cobram ao investir no país em questão, seja no curto, médio ou longo prazos. O prêmio de risco do país é mais alto para os mercados em desenvolvimento.

Risco de Frete: O risco de frete refere-se aos riscos associados à logística doméstica, bem como ao frete marítimo em contratos de exportação.

Risco Cambial: Trata-se do risco que surge em todas as negociações que não são protegidas, de forma correta, contra variações nos níveis de câmbio. A definição da moeda funcional é obrigatória para identificar a qual risco de moeda a empresa está sujeita. Devido à natureza de seus negócios, companhias originadoras, comercializadoras e exportadores de grãos estão sujeitas a riscos decorrentes de movimentos nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras. As exposições cambiais (FX) surgem no curso normal das operações e a natureza e estrutura

Minuta 13/10/2020

dessas operações apresentam oportunidades para administrar com eficácia o impacto da volatilidade cambial nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia. São exemplos de classificação de exposição cambial: Exposição de Balanço (e.g., Contas a Receber de Fornecedores em Moeda estrangeira), Exposições Comerciais/Transacionais (e.g. Aquisições de Soja futura dos Produtores) e Exposições Econômicas (Fábrica sediada nos USA). A Companhia realizará transações em Reais (BRL) e em Dólares Americanos (USD). O livro da Companhia é um livro em BRL e todo o risco transacional de FX precisa ser protegido. Limites de risco adicionais podem ser alocados para FX enquanto houver um reporte e monitoramento adequado.

Risco de *Compliance*: O risco de *compliance* refere-se à não aderência às políticas ou procedimentos internos da Companhia, com os procedimentos dos stakeholders, e às leis e regulamentos do país, sejam no âmbito das agências reguladoras ou dos entes federativos. No que se refere à operação da Companhia, esse risco pode advir de lidar com contrapartes que não estejam em conformidade com as leis e regulamentações brasileiras, tais como contrapartes relacionadas ao trabalho escravo.

Riscos Operacionais: São os riscos de perda relacionados aos inúmeros processos internos, que envolvem pessoas, sistemas, processos, fluxos, aprovações dentre outros. Processos mal especificados, falhos, fraudados ou fraudáveis, eventos externos que rompam com estes processos são os causadores de perdas que podem variar desde centavos até dezenas de bilhões. As escalas de identificação, avaliação, priorização, tratamento, reporte e acompanhamento dos riscos operacionais podem identificar desde os riscos menores até os de maiores importância. Diversas escalas podem ser utilizadas ao medir e elencar tais riscos. Medidas como probabilidade, severidade, impacto financeiro, impacto legal, reputacional, ambiental, de imagem, financeiro, continuidade dos negócios e matrizes tipo *heatmap** são muitas vezes usadas na priorização e mapeamento destes riscos. Desde o furto de materiais de escritório até o rompimento e explosão de uma plataforma marítima de extração de petróleo, causando grande acidente ambiental e gerando bilhões em perdas, são exemplos de riscos operacionais. Os riscos operacionais, dependendo de sua magnitude, pode gerar outros riscos, como riscos sistêmico, de liquidez, de mercado, de crédito entre outros. Normas como Iso 31.000 e COSO são muitas vezes utilizadas na gestão de tais riscos. **Heatmap* (Mapa de Calor (*heatmap*): um mapa de calor é uma representação gráfica de dados em que os valores individuais contidos em uma matriz são representados como cores. É uma ferramenta usada para apresentar visualmente os resultados de um processo de avaliação de riscos de maneira significativa e concisa.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Para fins de aprimoramento do processo de gerenciamento dos riscos elencados no item (i) acima, a Companhia avalia o grau de exposição a riscos que está disposta a aceitar na implementação de suas estratégias de negócio e realização de suas atividades, a fim de atingir os seus objetivos estratégicos e criar valor para os seus acionistas.

Os riscos são, de forma geral, identificados por meio de fontes internas (conselheiros, diretores, executivos, colaboradores) e fontes externas (auditores externos, órgãos reguladores, mercado, governo, mídia e demais partes interessadas) e são (i) categorizados, priorizados, avaliados em probabilidade, severidade e seus diversos impactos (financeiros, legal, reputacional, ambiental e demais) por executivos e colaboradores da Companhia, a depender da área a que o risco se relaciona, desde os operacionais até os mais estratégicos, (ii) acompanhados por um executivo responsável pelo acompanhamento dos assuntos de risco corporativo nos mais diversos níveis e áreas da Companhia e (iii) orientados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, de acordo com as práticas usuais da Companhia. Após a avaliação dos riscos e alinhamento com a Diretoria e Conselho de Administração da Companhia, é possível determinar e priorizar seus planos de ação. A Diretoria e o Conselho de Administração acompanham e discutem continuamente os riscos a que a Companhia está sujeita, e supervisiona a implementação e

Minuta 13/10/2020

manutenção dos planos de ação através de gestão contínua e avaliações internas ou externas independentes, quando aplicável.

A seguir a lista de instrumentos utilizados na gestão dos riscos:

Instrumentos para Gestão de Riscos de Futuros de Commodity (Flat Price Risk):

- Futuros CBOT: Futuros de soja, milho, farelo de soja, óleo de soja e demais, onde é possível fazer o hedge do principal componente de risco dos negócios focados em exportação.
- Futuros B3: Futuros de soja, milho, farelo de soja, óleo de soja e demais, onde é possível fazer o hedge do principal componente de risco. O foco é o hedge para as vendas em reais ao mercado interno.
- Termos de balcão de commodities locais (NDF commodities): Forwards de commodities negociados com contrapartes financeiras ao invés das bolsas de valores. Embora o efeito seja idêntico ao dos futuros das bolsas, não há chamadas de Margem diária necessariamente. Condições de financiamento de margem e demais estudos e operações de valor agregado fazem com que seja uma alternativa de hedge.
- Fixação de contratos junto aos compradores: Eliminação dos riscos de preços, mas diretamente com os compradores, sem a utilização das bolsas de valores ou dos bancos e corretoras.

Instrumentos para Gestão de Riscos Cambiais:

- NDF cambiais (non deliverable forwards de FX USD/BRL): Non Deliverable forward cambiais, oferecendo ferramenta de hedge cambial flexível em volume e prazos. Negociado diretamente com os bancos.
- Dívidas denominadas em moeda americana ou na moeda do risco cambial.
- Futuros de moeda na Bolsa (B3) – Contrato “DOLF”.

Instrumentos para gestão dos Riscos de Basis / Prêmio (risco de diferencial de preço da commodity):

- Paranaguá “Paper”: Contratos de “pedaços” de navios, de posições físicas, spot ou futuras, em portos de referência, que permitem as companhias exportadoras de grãos;
- Gerenciarem seus riscos de diferencial de preços entre os portos brasileiros e a bolsa de Chicago (Basis Risk), Porto de Paranaguá para soja e Porto de Santos para milho;
- Compras de Produto no Interior: Ao comprar-se produto no interior estabelece-se uma posição “long” ou comprada em prêmio/basis, assim cobrindo posições vendidas anteriores;
- Vendas de produto no Porto ou Interior: Ao realizar a venda de produto nos portos ou no interior, a posições de basis fica short, ou vendida. Serve para diminuir uma posição comprada.

Instrumentos para gestão dos Riscos de “Port Spread”:

- Gestão das compras e vendas por porto (gestão do livro): Grãos e oleaginosas nos portos brasileiros não possuem os mesmos preços, seja no “spot” seja nos prazos futuros. Assim sendo, vender muito em um porto, fazendo um hedge vendendo uma posição física em outro porto, caso o diferencial de preço entre os portos mude, entra-se no risco de port spread, ou diferença de preço entre portos.

Minuta 13/10/2020

Instrumentos para gestão dos Riscos Logísticos:

- Contratação de Capacidade Logística Onshore (caminhão, trem, barcaça): As compras de grãos e oleaginosas geram uma necessidade de transporte, das fazendas, do interior até os portos. Isso representa de forma aproximada, uma posição “short frete”, ou seja, caso o preço do frete suba, há perdas financeiras. Assim, uma das formas de mitigar-se este risco é simplesmente contratando viagens de caminhão, contratando capacidade nas ferrovias, nas hidrovias de forma que essa posição de necessidade de frete seja diminuída.

Ferramentas para Gestão e Medição dos Risco Gerais de Mercado:

- VAR (Value at Risk): O VAR é um único número que representa um o risco de um livro de posições de mercado. Esse número representa a pior perda esperada em um dado horizonte de tempo e é associado a um intervalo de confiança. No caso de uma comercializadora e originadora de grãos, variáveis como preços dos futuros de Chicago (CBOT), da B3, de prêmio, de câmbio são inseridos na conta, assim como as exposições da companhia. O VAR em geral é de 1 dia ou de 21 dias (1 mês), e é estimado para 95% (1 perda de X ou maior a cada 20 dias) ou 99% (1 perda de Y ou maior a cada 100 dias). Como exemplo, Com 95% de confiança estatística, não se espera perder o valor do DVAR (Daily Value at Risk), USD 52,000, ou mais no mercado/pegão seguinte, considerando as Posições de CBOT, Prêmio e Câmbio atuais, assim como volatilidades e correlações correntes.

Instrumentos para gestão dos Riscos de Performance de Crédito (Oriundo da valorização potencial dos contratos junto aos fornecedores):

- Limitação de exposição por contraparte;
- Report Semanal de MTM (marcação a mercado);
- Controle dos Saldos recebidos vs Valores dos Contratos em aberto;
- Medição do PFE (Risco Potencial Futuro de Crédito).

Instrumentos para gestão dos Riscos de Crédito:

- Controle do Volume em estoques de terceiros.

Instrumentos para gestão dos Riscos Operacionais:

- Alçadas de aprovação, controles internos e mapeamento de riscos.

Instrumentos para gestão dos Riscos Reputacionais e de Gestão:

- Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O);
- Gestão de crises.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui estrutura organizacional de gerenciamento de riscos formalizada, mas possui um executivo responsável pelo acompanhamento dos assuntos de risco corporativo nos mais diversos níveis e áreas da Companhia, que reporta à Diretoria e ao Conselho de Administração que, por sua vez, no curso ordinário de sua gestão, orientam e asseguram o gerenciamento de riscos de acordo com as práticas usuais da Companhia.

Minuta 13/10/2020

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme reportado nos itens anteriores, a Companhia não possui política formalmente aprovada, tampouco estrutura organizacional específica voltada para a verificação da efetividade das práticas adotadas para o controle de riscos. No entanto, a Companhia entende que as práticas empregadas para controle dos riscos são adequadamente controladas pela administração da Companhia. Ajustes de eventuais adaptações aos procedimentos de controles dos riscos são realizados por seus administradores à medida que julgados necessários.

Minuta 13/10/2020

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, pois consideramos adequadas as estruturas operacionais e de gestão de riscos da Companhia, conforme descrito abaixo.

A gestão de risco é acompanhada por um executivo responsável pelo acompanhamento dos assuntos de risco corporativo nos mais diversos níveis e áreas da Companhia, que reporta à Diretoria e Conselho de Administração da Companhia, que, por sua vez, avaliam e protegem a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar de não ter uma política formalizada de gestão de riscos de mercado, a Companhia busca proteção para os riscos de taxa de câmbio e taxas de juros.

Risco de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente o dólar norte-americano e o euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Além disso, a Companhia possui dívidas em moeda estrangeira, e, portanto, possui passivos expostos a variação cambial.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros da Companhia e suas controladas decorre dos possíveis descasamentos dos prazos, financeiros ou indexadores de seus ativos e passivos.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Adotamos a seguinte estratégia para proteção contra os riscos a que estamos expostos:

Risco de câmbio

Monitoramos semanalmente a variação da taxa de câmbio do dólar americano e euro, conforme divulgadas pelo Banco Central, analisando a sua valorização ou não frente à moeda brasileira. Também analisamos o comportamento da curva futura do câmbio, seu patamar e movimentação.

Risco de taxas de juros

Procuramos equilibrar o nosso endividamento entre taxas pré-fixadas e pós-fixadas. No período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020, e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, a totalidade do nosso endividamento bruto possuía uma estrutura de juros pré-fixados, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Taxa indexadora	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
CDI	0	0	0	0	0
IPCA	0	0	0	0	0
TLP	0	0	0	0	0

Minuta 13/10/2020

Pré-fixada	123.818	16.114	27.271	16.285	5.681
------------	---------	--------	--------	--------	-------

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Adotamos os seguintes parâmetros para gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos:

Risco de câmbio

Para gerenciamento de riscos cambiais monitoramos semanalmente a variação da taxa de câmbio do dólar americano e euro, conforme divulgadas pelo Banco Central, analisando a sua valorização ou não frente à moeda brasileira. Também analisamos o comportamento da curva futura do câmbio, seu patamar e movimentação.

Risco de taxas de juros

Nossa administração realiza o monitoramento constante das flutuações das principais taxas de juros a que estamos expostos, bem como de outros fatores que possam impactar estas taxas de juros (curvas futuras, índices de inflação), de modo a antecipar qualquer aumento relevante da nossa exposição. Com base nesta análise, a nossa administração pode avaliar a mudança dos indexadores de taxas de juros quando das contratações ou renovações de contratos de endividamento.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui estrutura organizacional de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, mas possui um executivo responsável pelo acompanhamento dos assuntos de risco corporativo, inclusive riscos de mercado, nos mais diversos níveis e áreas da Companhia, que reporta à Diretoria e ao Conselho de Administração que, por sua vez, no curso ordinário de sua gestão, orientam e asseguram o gerenciamento de riscos de acordo com as práticas usuais da Companhia.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Conforme reportado nos itens anteriores, a Companhia não possui política formalmente aprovada, tampouco estrutura organizacional específica voltada para a verificação da efetividade das práticas adotadas para o controle de riscos de mercado. No entanto, a Companhia entende que as práticas empregadas para controle dos riscos de mercado são adequadamente controladas pela administração da Companhia. Ajustes de eventuais adaptações aos procedimentos de controles dos riscos de mercado são realizados por seus administradores à medida que julgados necessários.

Minuta 13/10/2020

5.3 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O sistema de controles internos da Companhia foi estruturado por sua administração e envolve todos os colaboradores, com o propósito de permitir a elaboração das demonstrações contábeis da Companhia de forma fidedigna e completa, em linha com os dispositivos legais e com as normas editadas pelos órgãos reguladores. As demonstrações contábeis da Companhia são atualmente auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que, anualmente, elabora uma carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia.

Com base em tais recomendações, a administração da Companhia realiza um processo anual de revisão, aprimoramento e melhoria dos controles internos para a preparação de suas demonstrações contábeis, com o intuito de fornecer aos seus investidores informações confiáveis.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as práticas de governança, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, tanto nacionais, quanto internacionais, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração.

Ademais, a Companhia disponibiliza à sua administração e aos seus colaboradores orientações mínimas sobre a conduta deles esperada pela Companhia, sendo que, em caso de violação das regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia, são aplicadas orientações disciplinares ou medidas corretivas, conforme o necessário. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações contábeis é apropriado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações contábeis é apropriado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Conselho de Administração: Nos termos do artigo 13, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, dentre as suas atribuições, estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia; escolher e destituir auditores independentes; e convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários.

Diretoria: Conforme disposto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, compete à Diretoria, dentre as suas atribuições, a elaboração e execução dos planos e da política de investimentos e desenvolvimento, bem como os respectivos orçamentos, observada a competência deliberativa do Conselho de Administração, o acompanhamento e execução do orçamento e, nos termos do artigo 19, compete especificamente ao Diretor Financeiro (dentre outras matérias) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal, acompanhamento e avaliação dos resultados buscando proativamente identificar riscos, desvios em relação às metas definidas e oportunidades de melhoria, coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e relatórios gerenciais.

Auditoria Independente: A auditoria independente é contratada pela Companhia para, anualmente, emitir um parecer acerca das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, de acordo com as melhores práticas contábeis e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, além de emitir relatórios de revisão das informações trimestrais (ITRs)

Minuta 13/10/2020

individuais e consolidadas da Companhia. Os auditores independentes executam procedimentos para avaliação de riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis. Para tanto, os auditores independentes revisam os controles internos relevantes, de modo que haja uma apresentação adequada das demonstrações contábeis da Companhia.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria da Companhia monitora regulamente os registros contábeis e financeiros da Companhia de forma individual e consolidada, para assegurar a efetividade dos controles internos e a correção das informações contábeis e financeiras.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

De acordo com o relatório preparado e encaminhado pelos auditores independentes da Companhia (E&Y), relativos às demonstrações contábeis financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram identificadas melhorias e deficiências, sendo que foi indicado expressamente que nenhuma das deficiências eram consideradas significativas.

Dentre as deficiências apontadas no referido relatório, foram relacionadas apenas (i) melhorias dos controles de movimentação dos contratos de commodities, performance do recebimento e envio físico e reconhecimento de receitas e custos e mensuração dos derivativos a valor justo, (ii) melhoria dos controles de contratos de compra/venda a termo de moeda sem entrega física (NDF), (iii) melhorias dos controles de registro de operações de subsidiárias no exterior e (iv) preparação de demonstrativos para *transfer pricing* entre partes relacionadas.

Como forma de correção das deficiências, a E&Y recomendou: (i) elaboração de controles que permitam cruzamento dos contratos com registros de receitas, custos, performance dos contratos e revisão da metodologia de cálculo para apuração do valor justo dos derivativos; (ii) aprimoramento de controles, indicando contratos de commodities que estão sendo cobertas para cada instrumento, para reduzir o risco de erros de classificação dentro das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) avaliar aquisição de sistema específico, automatizando contabilizações para subsidiária estrangeira e (iv) revisão dos procedimentos para controle e elaboração de documentação apropriada.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Todas as recomendações realizadas pelos auditores, conforme indicado acima, foram avaliadas pelos diretores da Companhia foram direcionados internamente, incluindo (i) melhorias em curso para melhor controle de *Gross Margin*; (ii) implementação de *FX Exposure Position* para monitorar NDFs contra contratos físicos; (iii) implementação de sistema ERP para minimizar risco nas informações financeiras; e (iv) desenvolvimento de controle mensal de preços praticados.

Adicionalmente, a Companhia acredita que as deficiências não geram impactos nos números contábeis e não afetaram a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras da Companhia, ressaltando-se que o auditor indicou expressamente que nenhuma das deficiências é considerada significativa.

Minuta 13/10/2020

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui diretrizes internas, contempladas em seu Código de Ética e Conduta, em relação à procedimentos de integridade a serem adotados pelos seus colaboradores, incluindo membros do Conselho de Administração, diretores, gestores, técnicos e analistas, bem como em todos os relacionamentos estabelecidos terceiros.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

O Código de Ética e Conduta da Companhia reúne os 7 princípios éticos da Companhia, quais sejam:

1. Cumprimos a lei;
2. Conduzimos nosso negócio com integridade;
3. Mantemos registros precisos e honestos;
4. Honramos as obrigações de nosso negócio;
5. Tratamos as pessoas com dignidade e respeito;
6. Protegemos as informações, os ativos e os interesses da Companhia; e
7. Estamos comprometidos com uma cidadania global responsável.

Os riscos identificados pela Companhia são reavaliados periodicamente, por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais e intermediárias, e, sempre que constatada a necessidade de sua revisão em razão da ocorrência de qualquer fato não previsto.

Em que pese a constante busca pelo aprimoramento de suas políticas e práticas de controle e integridade, a administração da Companhia considera que sua estrutura de controles internos e integridade é adequada ao perfil dos riscos e às atividades desenvolvidas pela Companhia.

Por fim, o descumprimento de quaisquer normas do Código de Conduta Ética acarretará sanções disciplinares, podendo ocasionar até mesmo a rescisão do contrato do infrator.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Atualmente, o monitoramento do cumprimento das normas de conduta está sob a responsabilidade da administração da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração a realização de revisões e atualizações ao Código de Ética e Conduta e à Diretoria Executiva da Companhia, a análise e aplicação de sanções referentes a violações ao referido código.

(iii) código de ética ou de conduta

Aprovado em 09 de outubro de 2020, pelo Conselho de Administração da Companhia. Divulgado em nosso website: www.agribrazil.net.

Minuta 13/10/2020

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética e Conduta se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo administradores, membros do Conselho de Administração, diretores, gestores, estagiários, trainees, temporários e terceiros vinculados à Companhia, bem como em todos os relacionamentos estabelecidos com terceiros.

Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

A Companhia não possui um programa periódico de treinamento a respeito do Código de Conduta Ética.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

De acordo com o Código de Ética e Conduta da Companhia, a violação de suas disposições, inclusive mediante retaliação contra qualquer pessoa que, de boa-fé, levante preocupações ou antecipe investigações, poderão acarretar ações disciplinares.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia possui Código de Ética e Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de outubro de 2020, que pode ser acessado em nosso website: www.agribrazil.net.

(b) canal de denúncia. Em caso positivo: positivo:(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

A Companhia mantém um portal de denúncias mantido a cargo de terceiros contratados para sua administração. O canal é aberto para recebimento de terceiros (e não apenas empregados) e o denunciante pode optar por não se identificar, sendo garantido seu anonimato. A Companhia não permite qualquer discriminação, penalização ou retaliação dos denunciante de boa-fé, sendo vedada aplicação de medida disciplinar mesmo que a denúncia tenha se mostrado insubsistente ou improcedente.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Minuta 13/10/2020

A Companhia não possui política formalizada para processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias e não houve qualquer processo de fusão, aquisição e reestruturação societária até o momento.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável. A Companhia possui diretrizes internas discriminadas em seu Código de Ética e Conduta, e está aprimorando constantemente seus procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes ou práticas ilícitas e antiéticas.

Minuta 13/10/2020

5.5 - Alterações significativas

Os riscos apresentados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência são constantemente monitorados por nós e apresentam-se, de forma geral, estáveis, sem expectativas de redução ou aumento.

Minuta 13/10/2020

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

Minuta 13/10/2020

6.1 – 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	15/07/2013
Forma de Constituição do Emissor	Constituída na forma de sociedade limitada. Posteriormente, transformou-se em sociedade por ações de 31/05/2020
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro sendo requerido

Minuta 13/10/2020

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída, na forma de sociedade limitada, no segundo semestre de 2013 pelo Sr. Frederico José Humberg, com o intuito de atuar no segmento de exportação de grãos, especialmente milho e soja. A Companhia foi mantida totalmente não operacional até meados de 2016, quando se iniciaram os processos pré-operacionais, que perduraram até o início de suas atividades em janeiro de 2017.

As atividades da Companhia consistem na aquisição de milho e soja, inclusive não transgênicos, produzidos de fazendeiros, cooperativas e revendas localizados no interior do Brasil, transportando e vendendo no mercado local, bem como exportando para a Europa, Ásia, Caribe e Oriente Médio.

A Companhia possui atualmente cerca de 30 (trinta) colaboradores entre executivos e empregados, distribuídos entre a sede em São Paulo e as filiais localizadas em Sorriso (MT), Canarana (MT), Rio Verde (GO), Londrina (PR), Porto Alegre (RS) e Belém (PA). A partir delas, a Companhia opera nos principais corredores de exportação do país, tais como os portos de Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Miritituba, Barcarena, Ilhéus e Santana. Além disso, a Companhia conta com uma subsidiária integral na Suíça, responsável por viabilizar vendas diretas para o mercado externo: a Agribrazil Global Market SA, localizada em Genebra, na Suíça.

Além disso, a Companhia possui participação equivalente a 40% do capital social da Portoeste – Terminal Portuário de Ilhéus S.A., sociedade não operacional e, atualmente, não considerada relevante para o desenvolvimento das atividades da Companhia, sendo certo que uma vez iniciadas suas operações, pode vir a ser um importante porto de embarque de grãos para a Companhia.

Em 31 de maio de 2020, a Companhia, originalmente constituída sob a forma de sociedade limitada, foi convertida em sociedade por ações e, em 09 de outubro de 2020, a Assembleia Geral da Companhia autorizou o pedido de registro junto à CVM de emissora categoria “A” e o pedido de listagem da Companhia na bolsa de valores B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em conjunto com o pedido de admissão da Companhia ao segmento especial de listagem denominado “BOVESPA MAIS”.

Minuta 13/10/2020

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

Minuta 13/10/2020

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

Minuta 13/10/2020

7.1 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

As atividades da Companhia consistem na aquisição de milho e soja, inclusive não transgênicos, produzidos de fazendeiros, cooperativas e revendas localizados no interior do Brasil, transportando e vendendo no mercado local, bem como exportando para a Europa, Ásia, Caribe e Oriente Médio.

Sua missão é atuar como uma plataforma nacional independente, conectando o produtor de grãos ao comprador global, operando de forma voltada ao cliente e gerindo todo o processo de comercialização, incluindo a logística e riscos associados.

A originação de grãos é realizada no interior do Brasil, principalmente nos estados do Mato Grosso e Paraná. As vendas destinam-se tanto ao mercado interno, para consumo animal, como à exportação, visando atender consumidores e distribuidores em diversos continentes, com foco na Ásia e Europa e no Oriente Médio.

A Companhia é associada efetiva da ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), a principal entidade do setor, sendo, portanto, signatária do pacto ambiental “moratória da soja”, iniciativa que visa conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, por meio do uso responsável e sustentável dos recursos naturais do Brasil. A Companhia aplica a mesma “moratória” aos seus contratos comerciais, e sofre auditoria anual dos seus procedimentos. A Companhia não transacionando com empresas incluídas na lista de trabalho análogo à escravidão do Ministério do Trabalho.

Além disso a partir de 2020, a Companhia reforçou seu controle de *compliance*, sustentabilidade e riscos socioambientais das operações rurais por meio da contratação da empresa AgroTools, que é especializada em identificar a dinâmica dos riscos que afetam a segurança do agronegócio brasileiro.

Ainda no aspecto ambiental, a Companhia prioriza o transporte de grãos do interior do país até chegar aos portos por meio de ferrovias e hidrovias, que são meios menos poluentes quando comparados com o transporte rodoviário. Enquanto o transporte rodoviário representa 61% da matriz de grãos no Brasil, para a Companhia ele representa apenas 16%, enquanto temos 52% movimentado por meio de hidrovias e 32% por meio de ferrovias.

Minuta 13/10/2020

7.1-A - Sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

Minuta 13/10/2020

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são divididas em um único segmento operacional (grãos) e estão focadas, principalmente, na comercialização da soja e milho.

Segmentos em Milhares R\$ 000'R\$	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2019		2018		2017	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Soja	552.900	96,2%	32.266	33,2%	53.631	13,9%	107.313	69,1%	51.882	68,6%
Milho	22.025	3,8%	64.921	66,8%	332.866	86,1%	47.948	30,9%	23.772	31,4%
Total	574.925	100,0%	97.187	100,0%	386.496	100,0%	155.261	100,0%	75.654	100,0%

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua ou produtos que comercializa, uma vez que as funções de sua estrutura operacional são compartilhadas entre todos os segmentos e produtos.

Minuta 13/10/2020

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

As atividades da Companhia não consistem na produção de quaisquer produtos agrícolas, mas sim na sua comercialização para os mercados interno e externo. Nesse sentido, não há processo produtivo estabelecido, mas sim a aquisição dos produtos comercializados diretamente dos produtores localizados no Brasil, e posteriormente, a distribuição e efetiva venda dos produtos, conforme o item (b) abaixo.

(b) características do processo de distribuição

Nosso processo de distribuição é coordenado pelo nosso time de gestão de riscos e logística, que cuidam do transporte dos produtos comercializados pela Companhia via transporte ferroviário, terrestre ou hidroviário até os terminais portuários, observado que a Companhia possui filiais localizadas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul e Pará, para facilitar os processos de distribuição dos produtos.

Nossas exportações, que representam mais de 90% de nossas vendas, são feitas pelos terminais portuários abaixo:

- 1) Porto de Imbituba no estado de Santa Catarina – SC
- 2) Corredor de exportação do Porto de Paranaguá – PR
- 3) Terminal Rumo Logística no Porto de Santos – SP
- 4) T-Grão Cargo Terminal de Granéis em Santos – SP
- 5) Terminal de Uso Privado – TUP Vila do Conde – HBSA – PA
- 6) Terminal Portuário Ilhéus – BA
- 7) São Francisco do Sul - SC

(c) características dos mercados de atuação

Além dos efeitos decorrentes de sazonalidades, inerentes ao agronegócio, nossas atividades também são afetadas pela conjuntura econômica do Brasil e dos países com os quais operamos. E ainda os efeitos sobre a demanda internacional por produtos agrícolas em função do ritmo de crescimento econômico, fatores de natureza econômica e política, muitas vezes incertos, podem prejudicar o comportamento dos mercados e do setor agropecuário em particular, afetando, entre outros fatores, o preço da commodities, nossos custos de originação, e dos custos logísticos que são diretamente relacionados ao preço de combustíveis e ao preço do petróleo internacional.

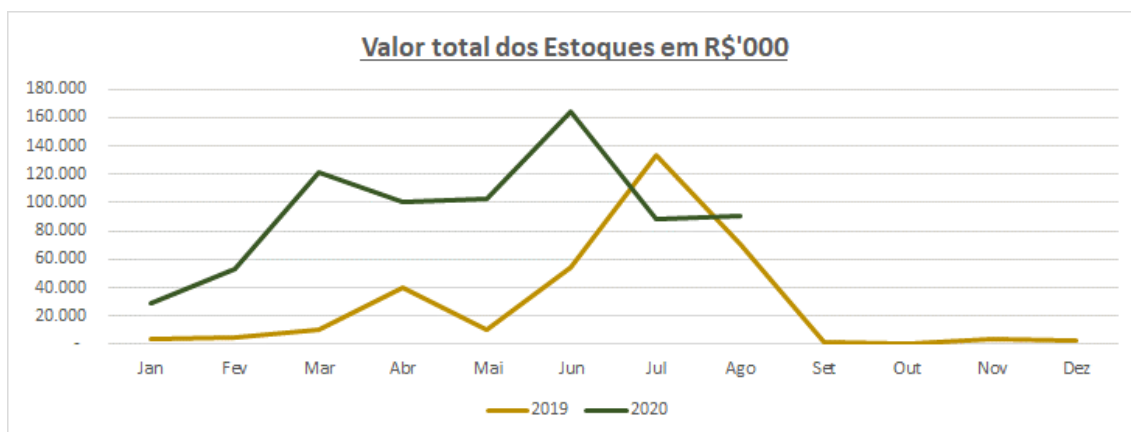
Nossa atividade de comercialização de grãos consiste em comprar grãos no interior do Brasil, com data de entrega futura, a gestão e utilização de instrumentos de proteção de preços e de variação de moeda, o transporte até o terminal para a exportação, são afetados pela disponibilidade e preços das commodities agrícolas, além do custo de transporte, como o rodoviários, hidroviário e ferroviário. A disponibilidade das commodities agrícolas é afetada por fatores climáticos como secas, chuvas, variação de temperatura, além de produtividade da terra e condições econômicas dos produtores, bem como políticas governamentais. A demanda por tais produtos é afetada por mudanças nos padrões mundiais de consumo de alimentos e crescimento da população, além do recente crescimento da produção de combustíveis a partir de oleaginosas. Variações nos preços das commodities, com base na Bolsa de Chicago (CBOT), podem exercer impacto negativo sobre nossas margens, na medida em que o preço muito baixo dificulta a negociação e a garantia de nossas margens nas operações de compra venda. Nossos resultados também são afetados pelos preços fretes terrestres que compõe parte significativa nossos custos. O frete rodo-ferroviario no Brasil sofre volatilidade elevada em função da limitação de capacidade de transporte, e forte demanda principalmente na época de safra de soja, que ocorre de fevereiro a abril de cada ano. O frete marítimo sofre maior demanda e elevação nos preços na época de safra de soja americana, que ocorre de setembro a novembro de cada ano.

Minuta 13/10/2020

Além disso, o custo de frete está diretamente relacionado ao preço internacional do petróleo, já que o custo com combustível é uma parcela relevante do custo total com transporte.

(d) eventual sazonalidade

Ao longo do ano, o resultado da Companhia é afetado de acordo com a curva sazonal da safra de soja e milho no Brasil, onde é originada a totalidade dos grãos comercializados pela Companhia, afetando inclusive sua necessidade de capital de giro e limite de crédito para NDF e CBOT da Companhia. Eventuais mudanças nesta curva, por exemplo, em função de condições climáticas desfavoráveis ou restrições financeiras dos produtos, tem impacto direto nos níveis de estoques, empréstimos e no volume de vendas ao longo dos meses de cada ano. Nosso estoque de produtos ao longo do ano apresenta elevação na época da safra brasileira, conforme gráfico e tabela abaixo:



	2019	2020
Jan	3.644	28.621
Fev	4.940	53.292
Mar	10.068	121.559
Abr	39.826	99.987
Mai	10.471	102.454
Jun	54.108	163.938
Jul	133.865	88.108
Ago	70.422	90.978
Set	1.436	
Out	70	
Nov	3.820	
Dez	2.331	

(e) principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

Temos relacionamentos de longo prazo com mais de 500 fornecedores no Brasil, incluindo produtores dos quais originamos produtos agrícolas, com as transportadoras que utilizamos para distribuição desses produtos e com nossos clientes, não apresentando risco de concentração de fornecedores.

Minuta 13/10/2020

Variações nos preços das commodities, com base na Bolsa de Chicago (CBOT), podem exercer impacto negativo sobre nossas margens, na medida em que o preço muito baixo dificulta a negociação e a garantia de nossas margens nas operações de compra venda. Nossos resultados também são afetados pelos preços fretes terrestres que compõe parte significativa nossos custos. O frete rodo-ferroviário no Brasil sofre volatilidade elevada em função da limitação de capacidade de transporte, e forte demanda principalmente na época de safra de soja, que ocorre de fevereiro a abril de cada ano. O frete marítimo sofre maior demanda e elevação nos preços na época de safra de soja americana, que ocorre de setembro a novembro de cada ano. Além disso, o custo de frete está diretamente relacionado ao preço internacional do petróleo, já que o custo com combustível é uma parcela relevante do custo total com transporte.

Minuta 13/10/2020

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**(a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Em 30 de junho de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 os 2 (dois) maiores clientes da Companhia no mercado interno representaram 73%, 34%, 43% e 76% respectivamente e os 2 (dois) maiores clientes da Companhia no mercado externo representaram 55%, 48%, 84% e 70% respectivamente do total da receita operacional líquida da Companhia. Abaixo segue tabela destacando a concentração por clientes (de 1 a mais de 10 clientes), tanto no mercado interno, quanto no mercado externo, com relação à receita operacional líquida da Companhia:

	000'RS				
	DF anual (auditadas)			DFs Intermediarias	
	2017	2018	2019	30/jun/19	30/jun/20
Mercado Interno					
Concentração 1 cliente	66%	24%	22%	18%	46%
Concentração 2 clientes	76%	43%	34%	32%	73%
Concentração 3 clientes	82%	52%	46%	45%	85%
Concentração 4 clientes	86%	62%	56%	58%	94%
Concentração 5 clientes	89%	69%	65%	69%	96%
Concentração 6 clientes	91%	74%	73%	76%	98%
Concentração 7 clientes	93%	78%	81%	83%	99%
Concentração 8 clientes	95%	81%	86%	90%	100%
Concentração 9 clientes	96%	85%	90%	94%	
Concentração 10 clientes	97%	87%	95%	98%	
Concentração 10+	3%	13%	5%	2%	
Mercado Externo					
Concentração 1 cliente	38%	55%	36%	64%	41%
Concentração 2 clientes	70%	84%	48%	75%	55%
Concentração 3 clientes	85%	94%	60%	85%	67%
Concentração 4 clientes	94%	100%	69%	92%	77%
Concentração 5 clientes	99%		77%	98%	82%
Concentração 6 clientes	100%		85%	100%	86%
Concentração 7 clientes			91%		90%
Concentração 8 clientes			94%		93%
Concentração 9 clientes			97%		96%
Concentração 10 clientes			99%		98%
Concentração 10+			1%		2%

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Conforme esclarecido no item 7.2, a Companhia possui apenas um único segmento operacional (grãos), razão pela qual as receitas indicadas no item (a) acima afetam tal segmento operacional.

Minuta 13/10/2020

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Para condução de suas atividades, além das licenças comuns a qualquer empreendimento (autorização do corpo de bombeiros, alvará licença de localização, etc.) e inscrições federais (CNPJ), estaduais e municipais, conforme o caso, a Companhia precisa de licenças e autorizações para exportação.

A Companhia possui habilitação para operar no comércio exterior junto ao Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), conforme deferida em 14/12/2016 pela Receita Federal do Brasil, com autorização para atuação na submodalidade expressa, com exportação ilimitada e importação até o montante de US\$50.000,00 a cada 6 meses.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia não adota política ambiental específica, porém está sujeita de forma geral às leis ambientais brasileiras.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não é dependente de nenhuma marca para o desenvolvimento de suas atividades.

Minuta 13/10/2020

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

A receita líquida obtida pela Companhia no mercado interno no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$30.299 milhões, o que corresponde a 5,3% da receita líquida da Companhia apurada no período e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida obtida pela Companhia no mercado interno foi de R\$42.135 milhões, o que corresponde a 10,9% da receita operacional líquida da Companhia apurada no referido exercício social.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor e (c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

As receitas líquidas de venda de bens e/ou serviços da Companhia proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros (mercado externo) totalizaram R\$544.625 milhões, representando 94,7% da receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$344.362 milhões, o que corresponde a 89,1%. A receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada está distribuída por diversos países, conforme segue, expresso em milhões de reais:

30/6/2020

30/06/2020				
PAIS	TOTAL			
	MT	%	R\$	%
ITALIA	123.956	41,2%	223.553.579	41,0%
HOLANDA	42.400	14,1%	74.124.108	13,6%
ILHAS VIRGENS	38.895	12,9%	68.625.217	12,6%
LUXEMBURGO	30.201	10,0%	55.225.109	10,1%
TURQUIA	21.653	7,2%	44.976.819	8,3%
SUIÇA	12.000	4,0%	21.716.272	4,0%
CINGAPURA	10.500	3,5%	18.941.321	3,5%
URUGUAI	13.000	4,3%	22.859.506	4,2%
USA	8.000	2,7%	14.603.530	2,7%
	300.605	100,0%	544.625.460	100,0%

*MT significa *metric tons*, sigla em inglês para designar a unidade de toneladas métricas

Minuta 13/10/2020

31/12/2019

31/12/2019				
PAIS	TOTAL			
	MT	%	R\$	%
TURQUIA	173.994	37,8%	123.096.665	35,7%
CINGAPURA	68.000	14,8%	58.113.936	16,9%
AUSTRIA	66.000	14,3%	43.837.099	12,7%
DUBAI	53.477	11,6%	41.247.361	12,0%
PANAMA	34.664	7,5%	26.135.178	7,6%
MEXICO	31.846	6,9%	22.549.116	6,5%
URUGUAI	21.000	4,6%	12.519.131	3,6%
ILHAS VIRGENS	5.900	1,3%	8.325.597	2,4%
HOLANDA	5.000	1,1%	6.958.984	2,0%
SUIÇA	1.000	0,2%	1.453.967	0,4%
BAHAMAS	-	0,0%	124.570	0,0%
	460.881	100%	344.361.602	100%

*MT significa *metric tons*, sigla em inglês para designar a unidade de toneladas métricas

Minuta 13/10/2020

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia está sujeita à legislação de todos os países mencionados no item 7.6, especificamente no que se refere à regulamentação de suas atividades comerciais, como, por exemplo, as normas locais de concorrência, societária e de mercado.

Minuta 13/10/2020

7.8 - Políticas socioambientais

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Atualmente, não publicamos relatório de sustentabilidade ou similar. Não possuímos política socioambiental específica dado que nossos riscos relacionados a questões ambientais são baixos. Não obstante, a Companhia busca adotar práticas internas de respeito a questões ambientais.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, uma vez que não divulgamos informações socioambientais.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, uma vez que não divulgamos informações socioambientais.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, uma vez que não divulgamos informações socioambientais.

Minuta 13/10/2020

7.9 - Outras informações relevantes

Não aplicável, considerando que não existem outras informações relevantes a serem fornecidas neste item.

Minuta 13/10/2020

8.1 - Negócios extraordinários

Não há informações sobre aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

Minuta 13/10/2020

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

Minuta 13/10/2020

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

Minuta 13/10/2020

8.4 - Outras inf. Relev. – Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

Minuta 13/10/2020

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não circulante que a Companhia julgue relevantes.

Minuta 13/10/2020

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade (alugada/arrendada/própria)
Escritório Matriz	BRASIL	SP	SP	Alugado
Escritório Filial	BRASIL	MT	Sorriso	Alugado
Escritório Filial	BRASIL	MT	Canarana	Alugado
Escritório Filial	BRASIL	PR	Londrina	Alugado
Escritório Filial	BRASIL	GO	Rio Verde	Alugado
Escritório Filial	BRASIL	MT	Sorriso	Alugado
Escritório Filial	BRASIL	RS	Porto Alegre	Alugado
Escritório Filial	BRASIL	PA	Belém	Alugado

Minuta 13/10/2020

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio http://www.agribrasil.net/	06/2023	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio

Minuta 13/10/2020

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município o sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Agribrazil Global Markets SA	N/A	N/A	Controlada	Suíça	N/A	Genebra	Recebimento em dólares de nossos clientes no exterior com transferência para o Brasil	100,00%
30/06/2020	0	0	0	Valor mercado	N/A	N/A		
31/12/2019	0	0	0	Valor contábil	30/06/2020	R\$470.00		
31/12/2018	N/A	N/A	N/A			0,00		
31/12/2017	N/A	N/A	N/A					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Controlada da Companhia responsável pelas atividades de gestão do caixa internacional da Companhia e, futuramente, para captação de recursos em moeda estrangeira.

Minuta 13/10/2020

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

Minuta 13/10/2020

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia vem notadamente evoluindo financeiramente como se pode observar em suas receitas líquidas que cresceram 105% na comparação 2018/2017 (R\$ 155,261 milhões demonstradas no exercício findo de 2017 com R\$ 75,654 no exercício de 2018), assim como um crescimento de 149% na comparação de 2019/2018 (R\$ 386,496 milhões demonstradas no exercício findo de 2019 com R\$ 155,261 no exercício de 2018) e o primeiro semestre de 2020 já apresenta um crescimento igualmente agressivo onde em apenas 6 meses do ano de 2020 a Companhia já faturou R\$ 574,925 milhões que representa 49% de crescimento quando comparado com o ano inteiro de 2019 onde apontamos uma receita de R\$ 386,925. Todo esse crescimento pode também ser notado na redução da relação de capital de terceiros sobre o capital próprio da Companhia que reduziu 28% (23x para 32x) quando se compara as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2020 com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2019, onde o índice de endividamento total em 2019 era de 32x (soma passivo circulante e não circulante de R\$ 42,148 milhões sobre patrimônio líquido de R\$ 1,312 milhões referente aos exercício findo em 31/12/2019), esse mesmo indicador base as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2020 apontam para um índice de 23x (soma passivo circulante e não circulante de R\$ 348,316 milhões sobre patrimônio líquido de R\$ 15,186 milhões referente as demonstrações financeiras de 30/06/2020). A Companhia, ainda, mantém um índice de liquidez corrente de aproximadamente 7% o que significa que para cada real de dívida corrente (R\$ 340,264 milhões) ela mantém um real e sete centavos de ativo corrente (R\$ 362,431 milhões). Além de um endividamento líquido positivo de R\$ 39,427 milhões no período findo em 30/06/2020 e no mesmo período do ano anterior de R\$ 51,480 milhões conforme demonstrado na seção 3.9 desse formulário em outras informações relevantes.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Abaixo nossa estrutura de capital demonstrado a participação do capital próprio e de terceiros.

(em R\$ mil, exceto %)	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Patrimônio Líquido (a)	15.186	1.312	84	3.288
Passivo Circulante + Não Circulante (b)	348.317	42.408	23.595	11.747
Ativo Total (c)	363.502	43.720	23.679	15.035
% Capital Próprio (a)/(c)	4,2%	3,0%	0,4%	21,9%
% Capital de Terceiros (b)/(c)	95,8%	97%	99,6%	78,1%

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia vem crescendo exponencialmente e o capital e conseqüentemente a dependência de capital de terceiros é maior do que a de capital próprio, parte dos nossos ativos (estoques principalmente) são usados como garantia de boa parcela de nossos empréstimos, de qualquer forma, nossos ativos são extremamente líquidos e nosso índice de liquidez corrente é de 1.07 onde temos na data base de 30/06/2020 o valor de R\$ 362.431 milhões de ativos correntes para R\$ 340.264 milhões de passivos correntes. O endividamento líquido da Companhia no período findo em 30/06/2020 foi positivo no valor de R\$ 39.427 milhões conforme demonstrativo detalhado disponível na seção 3.9 desse Formulário de Referência.

Minuta 13/10/2020

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia tem uma estratégia de ser “leve em ativos” e consequentemente tem um valor baixo de investimento em ativos não circulantes, nos exercícios findos em 2019, 2018 e 2017 o total dos ativos da empresa era de R\$ 43.720, 23.679 e 15.035 milhões e a relevância dos ativos não circulante sobre esses totais era de 5,3%, 12,5% e 1,6% respectivamente. Ao final do primeiro semestre de 2020, o total dos ativos da Companhia estava em R\$ 363.502 sendo que os ativos não circulantes eram de R\$ 1.071 correspondendo apenas a 0,3% do total. Contudo, os ativos não circulantes foram financiados com capital próprio.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas****(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento com terceiros em vigor em 30 de junho de 2020:

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Saldo			
			(em R\$ mil)			
			30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
ACC	5,0% - 7,5%	Jan20	0	9.665	0	0
ACC	6,5% - 7,0%	Mar20	0	1.322	0	0
ACC	7,0% - 7,5%	Mar20	0	6.052	0	0
ACC	5,5% - 6,0%	Jul20	4.728	0	0	0
FIDC	9,5% - 12%	Jul20	87.789	0	0	0
ACC	5,0% - 6,5%	Ago20	14.202	7.798	0	0
ACC	5,0% - 6,0%	Set20	2.837	0	0	0
ACC	5,5% - 6,0%	Out20	10.866	0	0	0
ACC	5,0% - 5,5%	Nov20	3.396	2.434	0	0
ACC	7,5% - 8,0%	Fev19	0	0	3.423	0
ACC	5,0% - 5,5%	Mar19	0	0	3.984	0
ACC	6,5% - 8,5%	Abr19	0	0	4.921	0
ACC	5,0% - 5,5%	Mai19	0	0	3.957	0
ACC	7,5% - 8,0%	Set18	0	0	0	369
ACC	7,5% - 8,0%	Out18	0	0	0	1.304
ACC	7,5% - 8,0%	Nov18	0	0	0	3.343
ACC	7,5% - 8,0%	Jan18	0	0	0	665
Financiamento de Veículo	5,0% - 7,5%		0	0	0	59
Total			123.818	27.271	16.285	5.740
Circulante			362.431	41.400	20.727	14.797

Minuta 13/10/2020

Não circulante	1.071	2.320	2.952	238
Total	363.502	43.720	23.679	15.035

Abaixo são indicadas as principais características dos contratos financeiros relevantes em vigor em 30 de junho de 2020:

Investimentos em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), utilizados para financiamento dos nossos estoques com utilização do próprio estoque como garantia e com certificado de depósito da mercadoria emitido pelo armazém.

Antecipação de Contrato de Cambio (ACC), utilizados também para capital de giro, e principalmente no capital de giro para garantir o fluxo de compras, em garantia contrato de exportação e aval do acionista.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Não aplicável. O endividamento atual da Companhia é de curto prazo.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os diretores esclarecem que as dívidas da Companhia não possuem grau de subordinação entre elas, tendo, portanto, direitos iguais de pagamento.

A Companhia esclarece ainda que, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não existiu grau de subordinação entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato que imponha restrição para limite de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de controle societário.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia celebrou um ACC junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. que foi desembolsado apenas em R\$2.837.157,13 de R\$3.162.842,87, representando 47% do montante total contratado.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado relativos aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2019

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado nos aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019.

Minuta 13/10/2020

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhares)	30/jun/20	%AV	31/jun/19	%AV	AH(%)	AH(R\$)
Receita líquida de vendas	574.925	100,0%	97.187	100,0%	492%	477.738
Lucro Bruto	38.830	6,8%	9.911	10,2%	292%	28.919
Outras receitas	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Despesas Administrativas	-7.218	-1,3%	-1.901	-2,0%	280%	-5.317
Reversão de provisão de despesas administrativas	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Outras despesas	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas de impostos	31.612	5,5%	8.010	8,2%	295%	23.602
Receitas financeiras	23.064	4,0%	3.525	3,6%	554%	19.539
Despesas financeiras	-36.977	-6,4%	-1.961	-2,0%	1786%	-35.016
Resultado financeiro, líquido	-13.913	-2,4%	1.564	1,6%	-990%	-15.477
Resultado de equivalência patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Resultado não operacional	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Lucro antes do imposto de renda da contribuição social	17.699	3,1%	9.574	9,9%	85%	8.125
Imposto de renda e contribuição social	-4.296	-0,7%	-3.467	-3,6%	24%	-829
Lucro Líquido	13.403	2,3%	6.107	6,3%	119%	7.296

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 492%, de R\$ 97.187 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para R\$ 574.925 no mesmo período em 2020. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a receita líquida de vendas aumentou 492%, principalmente em razão do maior volume comercializado e entregue de 332 mil toneladas (305 mil toneladas de soja e 27 mil toneladas de milho) frente a 84 mil toneladas entregues no mesmo período de 2019 (61 mil toneladas de milho e 23 mil toneladas de soja). A maior participação da soja no faturamento 305 mil toneladas em 2020 contra 23 mil toneladas no mesmo período de 2019 é o segundo grande fator de contribuição do aumento do faturamento em reais, uma vez que a soja historicamente é quase o dobro do preço do milho.

Lucro Bruto

O lucro bruto foi de R\$ 13.403 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, representando um crescimento de 119% em relação ao mesmo período em 2019. A margem bruta atingiu 6,8% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, uma redução de 3,4% na comparação com o ano anterior (10,2%), impactada, principalmente, pelo aumento no valor faturado de 492%, com uma melhor adequação da estrutura de produtos comercializados (maior participação da soja em nossas receitas) e também uma estrutura mais adequadas de custos aos novos níveis de receita.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas aumentaram 280%, de R\$ 1.901 milhão no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para R\$ 7.218 milhão no mesmo período em 2020. O aumento ocorreu em função de gastos extraordinários com advogados para adequação da governança corporativa para captação de recursos (impostos e caixa), e com gastos recorrentes para adequação da nova estrutura ao novo volume comercializado onde aumentamos nosso quadro de funcionários diretos e indiretos de 28 em 2019 para 43 em 2020. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, as despesas administrativas corresponderam a 1,3% da receita líquida comparado a 2% no mesmo período em 2019.

Resultado Antes das Receitas/(Despesas) Financeiras Líquidas de Impostos

O resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas de impostos aumentou 295%, de R\$ 8.010 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para R\$ 31.612 milhões no

Minuta 13/10/2020

mesmo período em 2020. O aumento ocorreu principalmente pelo expressivo aumento nas receitas de vendas R\$ 28.919 milhões que forma reduzidas em função de um aumento das despesas de R\$ 5.317 milhões. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas de impostos correspondeu a 5,5% da receita líquida comparado a 8,2% no mesmo período em 2019.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras, aumentaram R\$ 19.539 milhões, passando de uma receita líquida de R\$ 3.525 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para uma receita líquida de R\$ 23.064 no mesmo período em 2020. Esse aumento se deu pelo crescimento das exportações, crescimento do contas a receber em dólar e principalmente atribuído ao efeito da desvalorização do real frente ao dólar (BRL:USD) que no primeiro semestre de 2020 ficou em aproximadamente R\$ 4.92 e no mesmo período do ano anterior ficou em R\$ 3.84. Essa volatilidade da moeda impactou fortemente nossas contas de variação cambial ativa em R\$ 22.943 milhões nos primeiros seis meses do ano de 2020, entretanto, esse ganho cambial de variação cambial ativo é compensado com perdas na variação cambial passiva a ser explicado na seção de despesas financeiras.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras, aumentaram em R\$ 35.016 milhões, passando de uma despesa líquida de R\$ 1.961 milhão no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para uma despesa líquida de R\$ 36.977 milhões no mesmo período em 2020. Esse aumento de despesas foi principalmente atribuído a Esse aumento se deu pelo crescimento das exportações, crescimento do nosso endividamento e principalmente atribuído ao efeito da desvalorização do real frente ao dólar (BRL:USD) que no primeiro semestre de 2020 ficou em aproximadamente R\$ 4.92 e no mesmo período do ano anterior ficou em R\$ 3.84. Essa volatilidade da moeda impactou fortemente nossas contas de variação cambial passiva em R\$ 34.385 milhões nos primeiros seis meses do ano de 2020, entretanto, essa perda cambial de variação cambial passiva é compensada com os ganhos de variação cambial ativa explicado na seção de receitas financeiras e também com nossas receitas de exportação.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido, diminuiu em R\$ 15.477 milhões, passando de um ganho de R\$ 1.564 milhão no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para uma perda de R\$ 13.913 milhões no mesmo período em 2020. Essa redução foi principalmente atribuída ao aumento das receitas financeiras líquidas em R\$ 19.539 milhões que não foram suficientes para compensar o aumento em despesas financeiras líquidas de R\$ 35.016 milhões. Ambos provocados por consequência do aumento das exportações e compensados com os efeitos positivos dos instrumentos de hedge cambial (NDFs).

Lucro Antes do Imposto de Renda da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda da contribuição social, aumentou em R\$ 8.125 milhões, passando de R\$ 9.574 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para R\$ 17.699 milhões no mesmo período em 2020. Esse aumento foi principalmente atribuído ao agressivo crescimento em vendas de 492% que resultou em um lucro bruto adicional quando comparado com igual período do ano anterior de R\$ 28.919 milhões que compensou o aumento em despesas administrativas de R\$ 5.317 milhões, bem como, o aumento nas despesas financeiras líquidas de R\$ 15.477 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social, aumentaram em R\$ 829 mil, passando de R\$ 3.467 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para R\$ 4,296 milhões no mesmo período em 2020. Esse aumento foi principalmente atribuído ao aumento no lucro antes do imposto de R\$ 8.125 milhões compensado com a redução da alíquota efetiva do imposto de 25% no período findo em 30 de junho de 2020 contra 35% de alíquota efetiva no período findo de 30 de junho de 2019.

Minuta 13/10/2020

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 13.403 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, um aumento de 119% em relação ao mesmo período em 2019. A margem líquida atingiu 2,3% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, uma queda de 4% na comparação com o ano anterior (6,3%), impactada, principalmente, pelo efeitos todos explicados na seção de receita (492%), despesas administrativas (280%), resultado financeiro líquido (990%) e impostos (24%).

ANÁLISE COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhares)	31/dez/19	%AV	31/dez/18	%AV	AH(%)	AH(R\$)
Receita líquida de vendas	386.496	100,0%	155.261	100,0%	149%	231.235
Lucro Bruto	15.403	4,0%	1.183	0,8%	1202%	14.220
Outras receitas	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Despesas Administrativas	-5.113	-1,3%	-2.412	-1,6%	112%	-2.701
Reversão de provisão de despesas administrativas	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Outras despesas	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas de impostos	10.290	2,7%	-1.229	-0,8%	-937%	11.519
Receitas financeiras	11.760	3,0%	2.808	1,8%	319%	8.952
Despesas financeiras	-16.066	-4,2%	-4.699	-3,0%	242%	-11.367
Resultado financeiro, líquido	-4.306	-1,1%	-1.891	-1,2%	128%	-2.415
Resultado de equivalência patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Resultado não operacional	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Lucro antes do imposto de renda da contribuição social	5.984	1,5%	-3.120	-2,0%	-292%	9.104
Imposto de renda e contribuição social	-3.884	-1,0%	786	0,5%	-594%	-4.670
Lucro Líquido	2.100	0,5%	-2.334	-1,5%	-190%	4.434

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 149%, de R\$ 155.261 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 386.496 milhões no mesmo período em 2019. A receita aumentou 149%, principalmente em razão do maior volume comercializado e entregue de 522 mil toneladas no ano de 2019 (37 mil toneladas de soja e 485 mil toneladas de milho) frente a 169 mil toneladas entregues no mesmo período de 2018 (83 mil toneladas de milho e 86 mil toneladas de soja), compensando a queda do preço médio de venda de 2019 que foi menor em função de uma maior participação do milho (produto com menor valor por tonelada) no faturamento da empresa total.

Lucro Bruto

O lucro bruto foi de R\$ 15.403 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 1202% em relação ao mesmo período em 2018. A margem bruta atingiu 4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 3,2% na comparação com o ano anterior (0,8%). Comparativamente cabe mencionar que o ano de 2018 foi fortemente impactado por eventos excepcionais tais como, greve dos caminhoneiros, tabelamento dos frentes pelo governo e pelo trade-war (EUA e China).

Despesas Administrativas

As despesas administrativas aumentaram 112%, de R\$ 2.412 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5.113 milhões no mesmo período em 2019. O aumento ocorreu principalmente para fazer frente ao crescimento das vendas de 149%. No exercício social

Minuta 13/10/2020

encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas administrativas corresponderam a 1,3% da receita líquida comparado a 1,6% no mesmo período em 2018.

Resultado Antes das Receitas/(Despesas) Financeiras Líquidas de Impostos

O resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas de impostos aumentou 937%, de R\$ -1.229 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 10.290 milhões no mesmo período em 2019. O aumento ocorreu principalmente pelo aumento nos volumes comercializados que geraram uma receita maior de R\$ 231.235 milhões gerando um lucro bruto adicional quando comparado com ano anterior de R\$ 14.220 milhões que compensaram com folga o aumento em despesas de R\$ 2.701 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas de impostos correspondeu a 2,7% da receita líquida comparado a -0,8% no mesmo período em 2018.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras, aumentaram em R\$ 8.952 milhões, passando de uma receita líquida de R\$ 2.808 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma receita líquida de R\$ 11.760 milhões no mesmo período em 2019. Esse aumento foi principalmente atribuído ao aumento na conta de variação cambial ativa que no exercício de 2019 fechou em R\$ 11.064 milhões frente a R\$ 2.755 milhões de igual período do ano anterior, esses efeitos são consequência do aumento nas vendas (exportações), e a volatilidade da moeda real frente ao dólar. Contudo parte dos ganhos cambiais são compensados com as perdas cambiais (variação cambial passivas) e também com os efeitos de hedge (NDFs).

Despesas Financeiras

As despesas financeiras aumentaram em R\$ 11.367 milhões, passando de uma despesa líquida de R\$ 4.699 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma despesa líquida de R\$ 16.066 milhões no mesmo período em 2019. Esse aumento foi principalmente atribuído ao aumento na conta de variação passiva que no exercício de 2019 fechou em R\$ 13.099 milhões frente a R\$ 3.215 milhões de igual período do ano anterior, esses efeitos são consequência do aumento nas vendas (exportações), e a volatilidade da moeda real frente ao dólar. Contudo parte dos ganhos cambiais são compensados com as perdas cambiais (variação cambial passivas) e com os efeitos de hedge (NDFs).

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido, diminuiu em R\$ 2.415 milhões, passando de uma despesa de R\$ 1.891 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma despesa líquida de R\$ 4.306 milhões no mesmo período em 2019. Essa redução foi principalmente atribuída ao aumento significativo das despesas financeiras de R\$ 11.367 milhões que não compensaram o aumento nas receitas financeiras de R\$ 8.952 milhões, ambos causados pelos aumentos das exportações e variação cambial do real frente ao dólar.

Lucro Antes do Imposto de Renda da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda da contribuição social, aumentou em R\$ 9.104 milhões, passando de um prejuízo de R\$ -3.120 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um lucro de R\$ 5.984 milhões no mesmo período em 2019. Esse aumento comparativo de R\$ 9.104 milhões foi principalmente atribuído a maior volume exportado em 2019 que gerou uma receita 149% maior do que 2018 com um lucro de R\$ 14.220 milhões que compensou com folga os aumentos em despesas administrativas de R\$ 2.701 milhões, o aumento nos resultados financeiros líquidos de R\$ 2.415 milhões resultando em uma sobra de R\$ 9.104 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social, aumentou em R\$ 4.670 milhões, passando de um crédito de impostos de R\$ 786 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5.984 milhões no mesmo período em 2019. Esse aumento de impostos foi principalmente atribuído ao aumento do lucro antes do imposto de R\$ 9.104 milhões.

Minuta 13/10/2020

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 2.100 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 190% em relação ao mesmo período em 2018. A margem líquida atingiu 0,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 2% na comparação com o ano anterior (-1,5%), que comparativamente leva em consideração o ano atípico que foi o ano de 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhares)	31/dez/18	%AV	31/dez/17	%AV	AH(%)	AH(R\$)
Receita de prestações de serviços	155.261	100%	75.654	100%	105%	79.607
Lucro Bruto	1.183	0,8%	6.117	8,1%	-81%	-4.934
Outras receitas	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Despesas Administrativas	-2.412	-1,6%	-1.568	-2,1%	54%	-844
Reversão de provisão de despesas administrativas	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Outras despesas	0	0,0%	18	0,0%	0%	-18
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas de impostos	-1.229	-0,8%	4.567	6,0%	-127%	-5.796
Receitas financeiras	2.808	1,8%	266	0,4%	956%	2.542
Despesas financeiras	-4.699	-3,0%	-407	-0,5%	1055%	-4.292
Resultado financeiro, líquido	-1.891	-1,2%	-141	-0,2%	1241%	-1.750
Resultado de equivalência patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Resultado não operacional	0	0,0%	0	0,0%	0%	0
Lucro antes do imposto de renda da contribuição social	-3.120	-2,0%	4.426	5,9%	-170%	-7.546
Imposto de renda e contribuição social	786	0,5%	-1.523	-2,0%	-152%	2.309
Lucro Líquido	-2.334	-1,5%	2.903	3,8%	-180%	-5.237

Receita de Prestações de Serviços

A receita de prestação de serviços aumentou 105%, de R\$ 75.654 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 155.261 milhões no mesmo período em 2018. A receita aumentou 105%, principalmente em razão do maior volume comercializado e entregue de 169 mil toneladas no ano de 2018 (86 mil toneladas de soja e 83 mil toneladas de milho) frente a 88 mil toneladas entregues no mesmo período de 2017 (51 mil toneladas de milho e 37 mil toneladas de soja).

Lucro Bruto

O lucro bruto foi de R\$ 1.183 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma diminuição de 81% em relação ao mesmo período em 2017. A margem bruta atingiu 0,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma queda de 7,3% na comparação com o ano anterior (8,1%), impactada, principalmente, por diversos fatores durante o ano de 2018, toda a economia Brasileira sofreu com a greve dos caminhoneiros que impactou diretamente nossa logística até o porto, depois o governo tabelou o preço dos frete o que também influenciou negativamente o setor do agronegócio e por fim, o mundo também sofreu as consequências negativas do trade-war entre EUA e China. Todos esses fatores macro econômicos fizeram com que nossa margem em 2018 fosse bem abaixo de nossas expectativas.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas aumentaram 54% de R\$ 1.568 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.412 no mesmo período em 2018. O aumento ocorreu principalmente para fazer frente ao aumento das receitas que foram de 105%. No exercício social

Minuta 13/10/2020

encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas administrativas corresponderam a 1,6% da receita líquida comparado a 2,1% no mesmo período em 2017.

Lucro Operacional

O prejuízo operacional foi de R\$ -1.229 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma diminuição de 127% em relação ao mesmo período em 2017. A margem líquida atingiu -0,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma queda de 6,8% na comparação com o ano anterior (6%), impactada, principalmente, pelos motivos descritos na seção de lucro bruto (greve dos caminhoneiros, tabelamento dos fretes e trade-war).

Receitas Financeiras

As receitas financeiras, aumentaram R\$ 2.542 milhões, passando de uma receita líquida de R\$ 266 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma receita líquida de R\$ 2.808 milhões no mesmo período em 2018. Esse aumento se deu pelo crescimento das vendas indexada ao dólar, a volatilidade da moeda impactou nossas contas de variação cambial ativa em R\$ 2.755 milhões em 2018 quando comparado com R\$ 133 mil de 2017, entretanto, esse ganho cambial de variação cambial ativo é compensado com perdas na variação cambial passiva a ser explicado na seção de despesas financeiras.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras, aumentaram em R\$ 4,292 milhões, passando de uma despesa líquida de R\$ 407 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma despesa líquida de R\$ 4.699 milhões no mesmo período em 2018. Esse aumento das despesas financeiras líquidas estão fortemente impactadas pela conta de variação cambial passiva que no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2017 de R\$ 142 mil para um valor de R\$ 3.215 milhões no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2018. Parte dessa variação cambial passiva de R\$ 4.292 milhões compensa parte dos ganhos de variação cambial ativa reportados na seção de receitas financeiras e pelas exportações e resultados dos instrumentos derivativos de hedge cambial (NDFs)

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido, diminuiu em R\$ 1.750 milhão, passando de R\$ 141 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.891 milhão no mesmo período em 2018. Essa redução foi principalmente atribuída ao efeito cambial nas contas de variação cambial passiva, e também por um custo financeiro maior em função de um maior fluxo financiado no exercício social de 2018.

Lucro Antes do Imposto de Renda da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda da contribuição social, diminuiu em R\$ 7.546 milhões, passando de um lucro de R\$ 4,426 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um prejuízo de R\$ -3.120 milhões no mesmo período em 2018. Essa redução do lucro se deu principalmente em função dos eventos extraordinários ocorridos durante o exercício social encerrado em dezembro de 2018 (greve dos caminhoneiros, tabelamento dos fretes e trade-war entre os EUA e a China) que somados reduziram os lucro operacional em R\$ -5.796 milhões além de um custo financeiro líquido maior de R\$ 1.750 milhão, todos esses fatores contribuíram para a baixa performance de 2018.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social, diminuiu em R\$ 2.309 milhões, passando de despesa de impostos de R\$ 1.523 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 786 mil de crédito de imposto no mesmo período em 2018. Essa redução da carga tributária se deu principalmente em função dos baixos resultados do exercício social encerrado em 2018 onde a administração juntamente com seus assessores decidiram por tomar o crédito do imposto sobre os prejuízos auferidos em 2018.

Minuta 13/10/2020

Lucro Líquido do Exercício

O prejuízo líquido do exercício foi de R\$ -2.334 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma diminuição de 180% em relação ao mesmo período em 2017. A margem líquida atingiu -1,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma queda de 5,3% na comparação com o ano anterior (3,8%), impactada, principalmente, pelos problemas já relatados detalhadamente nas seções anteriores durante o ano de 2018 (greve dos caminhoneiros, tabelamento dos frentes e trade-war entre EUA e China).

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 30 de junho de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019.

ATIVO	30/jun/20	AV	31/dez/19	AV	Var(%)
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	18.087	5,0%	9.107	20,8%	98,6%
Contas a receber de clientes	85.042	23,4%	556	1,3%	15195,3%
Estoques	163.938	45,1%	2.331	5,3%	6932,9%
Adiantamento a fornecedores	0	0,0%	740	1,7%	-100%
Instrumentos financeiros derivativos	81.006	22,3%	16.046	36,7%	404,8%
Impostos a Recuperar	13.480	3,7%	12.620	28,9%	6,8%
Outros ativos circulantes	878	0,2%	0	0,0%	-
Total do Ativo Circulante	362.431	99,7%	41.400	94,7%	775,4%
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	0	0,0%	1.853	4,2%	-100%
Investimentos	470	0,1%	0	0,0%	-
Imobilizado	391	0,1%	415	0,9%	-5,8%
Outros ativos não circulantes	210	0,1%	52	0,1%	303,8%
Total do Ativo não Circulante	1.071	0,3%	2.320	5,3%	-53,8%
TOTAL DO ATIVO	363.502		43.720		731,4%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/jun/20	AV	31/dez/19	AV	Var(%)
------------------------------	-----------	----	-----------	----	--------

Minuta 13/10/2020

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores	158.257	43,5%	6.223	15,2%	2443%
Empréstimos e financiamentos	123.818	34,1%	27.271	62,4%	354%
Obrigações fiscais	1.619	0,4%	4	0,0%	40375%
Obrigações trabalhistas	1.996	0,5%	192	0,4%	939,6%
Instrumentos financeiros derivativos	49.121	13,5%	4.931	11,3%	896,2%
Adiantamento de clientes	5.454	1,5%	31	0,1%	17493%
Total do Passivo Circulante	340.265	93,6%	35.952	88,4%	780,3%

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferido	8.052	2,2%	3.756	8,6%	114%
Total do passivo não circulante	8.052	2,2%	3.756	8,6%	114%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	1.990	0,6%	1.100	2,5%	80,9%
(-) Capital a integralizar	0	0,0%	420	-1,0%	-100%
Reserva de capital	0	0,0%	0	0,0%	-
Reserva de lucros	13.195	3,6%	-208	-0,5%	6443,8%
Total do patrimônio líquido	15.186	4,2%	1.312	3,0%	1057,4%

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	363.503		43.720		731,4%
--	----------------	--	---------------	--	---------------

Ativo Total

O ativo total era de R\$ 363.503 milhões em 30 de junho de 2020 em comparação com R\$ 43.720 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa um aumento de 731,4%. Esse aumento patrimonial foi fortemente puxado pelo aumento em venda que no primeiro semestre de 2020 representaram R\$ 574.925 milhões maior do que todo o faturamento do ano de 2019 inteiro que contou com R\$ 386.496 milhões de receitas líquidas, esse volume todo de vendas está alinhado com um planejamento estratégico de entregar entre R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão de faturamento líquido durante o exercício social com encerramento em 31 de dezembro de 2020, e esse planejamento estratégico tem demandando da empresa investimentos nos estoques (R\$ 163.938 milhões de 30/6/2020 contra R\$ 2.331 milhões de 31/12/2019) para vendas do próximo semestre assim como investimentos de proteção de preço em instrumentos derivativos financeiros (R\$ 81.006 milhões em 2020 contra R\$ 16.046 milhões em 2019) e até mesmo no contas a receber (R\$ 85,042 milhões contra R\$ 556 mil em 2019).

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 362.431 milhões em 30 de junho de 2020 em comparação com R\$ 41.400 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa um aumento de 775,4%. Como percentual do ativo total, o ativo circulante representava 99,7% e 94,7% em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente. A empresa continua estrategicamente se mantendo “leve em ativos”

Ativo Não Circulante

O ativo não-circulante totalizava R\$ 1.071 milhão em 30 de junho de 2020, o que representa uma redução de -53,8% em relação ao montante de R\$ 2.320 milhões em 31 dezembro de 2019. Em termos percentuais do ativo total, o ativo não-circulante totalizava 0,3% em 30 de junho de 2020 comparado a 5,3% em 31 de dezembro de 2019. Essa diminuição se deu em função de um melhor estimativa de recuperação dos impostos (PIS/COFINS) do longo prazo para o curto prazo contra um aumento por conta de uma nova contribuição adicional de nosso acionista controlador de um investimento de 40% em uma empresa chamada “Portoeste terminais marítimos S/A” que juntamente com seus socio majoritário Intermarítima visam se preparar para participar de um

Minuta 13/10/2020

eventual leilão para o porto de Ilhéus. De qualquer forma, o investimento continua não sendo relevante do ponto de vista financeiro, mantendo a empresa “leve em ativos”.

Passivo Total

O passivo total era de R\$ 363.503 milhões em 30 de junho de 2020 em comparação com R\$ 43.720 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa um aumento de 731,4%. Esse aumento se deve ao aumento da rubrica de fornecedores de R\$ 158,257 milhões em 2020 comparado com R\$ 6.223 milhões em 2019, de empréstimos e financiamentos de R\$ 123.818 milhões em 2020 comparado com R\$ 27.271 milhões em 2019 e dos instrumentos derivativos financeiros de R\$ 49.121 milhões comparado com R\$ 4.931 milhões em 2019. Esses investimentos no balanço são necessários para fazer frente ao planejamento estratégico de realizar faturamento líquido de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta um acréscimo de 780,3%, passando para R\$ 340.265 milhões em 30 de junho de 2020, em comparação a R\$ 38.652 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em termos percentuais, o passivo circulante representava 93,6% do passivo total em 30 de junho de 2020 comparado a 88,4% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento se deve a uma maior alavancagem da empresa nas rubricas de empréstimos e financiamentos e em fornecedores para fazer frente ao crescimento da empresa.

Passivo Não Circulante

O passivo não-circulante totalizava R\$ 8.052 milhões em 30 de junho de 2020, o que representava um acréscimo de 114% em relação ao montante de R\$ 3.756 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em termos percentuais, o passivo não-circulante representava 2,2% do passivo total em 30 de junho de 2020 comparado a 8,6% em 31 de dezembro de 2019. Essa diminuição relativa do passivo circulante frente ao passivo total se deve a relevância do endividamento da empresa na seção de circulante frente aos valores do não-circulante.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um aumento em 1057% passando para R\$ 15.186 milhões em 30 de junho de 2020 ante R\$ 1.312 milhão em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores atribuem esse aumento majoritariamente aos bons resultados do primeiro semestre de 2020 e ainda a contribuição adicional do nosso acionista controlador com o investimento de 40% em um ativo portuário em Ilhéus a preço de custo.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018.

ATIVO	31/dez/19	AV	31/dez/18	AV	Var(%)
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	9.107	20,8%	4.234	17,9%	115%
Contas a receber de clientes	556	1,3%	2.341	9,9%	-76%
Estoques	2.331	5,3%	1.453	6,1%	60,4%
Adiantamento a fornecedores	740	1,7%	3.989	16,8%	-81,4%
Instrumentos financeiros derivativos	16.046	36,7%	6.594	27,8%	143,3%
Impostos a Recuperar	12.620	28,9%	2.116	8,9%	496,4%
Outros ativos circulantes	0	0,0%	0	0,0%	-
Total do Ativo Circulante	41.400	94,7%	20.727	87,5%	99,7%

Minuta 13/10/2020

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Investimentos	0	0,0%	0	0,0%	-
impostos a recuperar	1.853	4,2%	2.780	11,7%	-33,3%
Imobilizado	415	0,9%	168	0,7%	147%
Outros ativos não circulantes	52	0,1%	4	0,0%	1200%
Total do Ativo não Circulante	2.320	5,3%%	2.952	12,5%	-21,4%

TOTAL DO ATIVO	43.720		23.679		84,6%
-----------------------	---------------	--	---------------	--	--------------

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/19	AV	31/dez/18	AV	Var(%)
-------------------------------------	------------------	-----------	------------------	-----------	---------------

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores	6.223	14,2%	1.327	5,6%	369%
Empréstimos e financiamentos	27.271	62,4%	16.285	68,8%	67,5%
Obrigações fiscais	4	0,0%	18	0,1%	-77,8%
Obrigações trabalhistas	192	0,4%	113	0,5%	69,9%
Instrumentos financeiros derivativos	4.931	11,3%	5.852	24,7%	-15,7%
Adiantamento de clientes	31	0,1%	0	0,0%	
Total do Passivo Circulante	38.652	88,4%	23.595	99,6%	63,8%

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferido	3.756	8,6%	0	0,0%	-
Total do passivo não circulante	3.756	8,6%	0	0,0%	-

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	1.100	2,5%	1.100	4,6%	-
(-) Capital a integralizar	420	-1,0%	0	0,0%	-
Reserva de capital	0	0,0%	0	0,0%	-
Reserva de lucros	-208	-0,5%	-1.016	-4,3%	-79,5%
Total do patrimônio líquido	1.312	3,0%	84	0,4%	1461,9%

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.720		23.679		84,6%
--	---------------	--	---------------	--	--------------

Ativo Total

O ativo total era de R\$ 43.720 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação com R\$ 23.679 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que representa um aumento de 84,6%. Esse aumento são consequência do crescimento e vendas de 2019 para 2018 que foi de 149%, demandando investimentos em quase todo o balanço com maior relevância nas rubricas de instrumentos derivativos para proteção operacional (R\$ 16.046 milhões em 2019 e R\$ 6.594 milhões em 2018) e de impostos a recuperar (R\$ 12.620 milhões em 2019 contra R\$ 2.116 milhões em 2018), investimentos.

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 41.400 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação com R\$ 20.727 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que representa um aumento de 87,5%. Como percentual do ativo total, o ativo circulante representava 94,7% e 87,5% em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Esse aumento foi em função de uma bem sucedida decisão da administração em se apoiar em assessores especialistas para diminuir o tempo de restituição dos impostos a compensar que estavam no longo prazo sem data de recebimento, desde então a empresa tem data estimada de recebimento dos tributos e inclusive já recebeu boa parte do que tinha para receber.

Ativo Não Circulante

O ativo não-circulante totalizava R\$ 2.320 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa um decréscimo de 12,5% em relação ao montante de R\$ 2.952 milhões em 31 dezembro de 2018. Em termos percentuais do ativo total, o ativo não-circulante totalizava 5,3% em 31 de dezembro de

Minuta 13/10/2020

2019 comparado a 12,5% em 31 de dezembro de 2018. Essa diminuição se deve ao fato de a empresa ter viabilizado o recebimento de impostos que estavam no longo prazo.

Passivo Total

O passivo total era de R\$ 43.720 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação com R\$ 23.679 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que representa um aumento de 84,6%. Esse aumento se deve ao maior endividamento da empresa para sustentar o crescimento anunciado, empréstimos e financiamento com R\$ 27.271 milhões em 2019 contra R\$ 16.285 milhões em 2018.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta um acréscimo de 63,8%, passando para R\$ 38.652 milhões em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R\$ 23.595 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em termos percentuais, o passivo circulante representava 88,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2019 comparado a 99,6% em 31 de dezembro de 2018. Essa diminuição se deve a uma posição a pagar de imposto no logo prazo de R\$ 3.756 milhões em 2019 contra zero em 2018.

Passivo Não Circulante

O passivo não-circulante totalizava R\$ 3.756 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representava um acréscimo de 100% em relação ao montante de R\$ zero em 31 de dezembro de 2018. Em termos percentuais, o passivo não-circulante representava 8,6% do passivo total em 31 de dezembro de 2019 comparado a 0% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento se deve a provisão de imposto no longo prazo.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um aumento em 1461%, passando para R\$ 1,312 milhão em 31 de dezembro de 2019 ante R\$ 84 mil em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores atribuem esse aumento a retomada das operações em 2019 após um ano muito difícil de 2018 em função dos problemas econômicos e políticos do Brasil, conforme descrito em detalhes na comparação do Patrimônio Líquido do ano de 2017 com 2018 desse Formulário de Referência.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018 comparado com as contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017:

ATIVO	31/dez/18	AV	31/dez/17	AV	Var(%)
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.234	17,9%	2.351	15,6%	80,1%
Contas a receber de clientes	2.341	9,9%	3.185	21,2%	-26,5%
Estoques	1.453	6,1%	0	0,0%	100%-
Adiantamento a fornecedores	3.989	16,8%	2.514	16,7%	58,7%
Instrumentos financeiros derivativos	6.594	27,8%	5.464	36,3%	-20,7%
Impostos a Recuperar	2.116	8,9%	1.283	8,5%	64,9%
Outros ativos circulantes	0	0,0%	0	0,0%	-
Total do Ativo Circulante	20.727	87,5%	14.797	98,4%	40,1%
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Investimentos	0	0,0%	0	0,0%	-
impostos a recuperar	2.780	11,7%	0	0,0%	100%
Imobilizado	168	0,9%	234	1,6%	-28,2%
Outros ativos não circulantes	4	0,0%	4	0,0%	100%
Total do Ativo não Circulante	2.952	12,5%	238	1,6%	1140%

Minuta 13/10/2020

TOTAL DO ATIVO	23.679		15.035		57,5%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/18	AV	31/dez/17	AV	Var(%)
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.327	5,6%	2.144	14,3%	-38,1%
Empréstimos e financiamentos	16.285	68,8%	5.740	38,2%	183,7%
Obrigações fiscais	18	0,1%	14	0,1%	28,6%
Obrigações trabalhistas	113	0,5%	99	0,7%	14,1%
Instrumentos financeiros derivativos	5.852	24,7%	1.657	11,0%	253,2%
Adiantamento de clientes	0	0,0%	917	6,1%	-100%
Imposto de renda e contribuição social	0	0,0%	502	3,3%	-100%
Total do Passivo Circulante	23.595	99,6%	11.073	73,6%	113,1%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0,0%	674	5,0%	-100%
Total do passivo não circulante	0	0,0%	674	5,0%	-100%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	1.100	4,6%	1.100	7,3%	0%
(-) Capital a integralizar	0	0,0%	0	0,0%	-
Reserva de capital	0	0,0%	0	0,0%	-
Reserva de lucros	-1.016	4,3%	2.188	14,6%	-146,4%
Total do patrimônio líquido	84	0,4%	3.288	21,9%	-97,4%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.679		15.035		57,5%

Ativo Total

O ativo total era de R\$ 23.679 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação com R\$ 15.035 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que representa um aumento de 57,5%. Esse aumento se deve ao aumento das vendas de 105% de 2018 a 2017, mais notadamente nas contas de impostos a recuperar decorrente do maior volume negociado no mercado interno

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 20.727 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação com R\$ 14.797 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que representa um aumento de 40,1%. Como percentual do ativo total, o ativo circulante representava 87,5% e 98,4% em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esse aumento se deve ao fato de a empresa começar a operar mais fortemente no mercado, os valores dos primeiros anos ainda muito imateriais.

Ativo Não Circulante

O ativo não-circulante totalizava R\$ 2.952 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que representa um acréscimo de 1.140% em relação ao montante de R\$ 238 mil em 31 de dezembro de 2017. Em termos percentuais do ativo total, o ativo não-circulante totalizava 12,5% em 31 de dezembro de 2018 comparado 1,6% em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento se deu em função de uma maior atuação da empresa em 2018.

Passivo Total

O passivo total era de R\$ 23.679 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação com R\$ 15.035 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que representa um aumento de 57,5%. Esse aumento se deve a uma maior alavancagem principalmente com empréstimos e financiamentos (R\$ 16.285 milhões em 2018 contra R\$ 5.740 milhões em 2017) alavancagem necessária para sustentar o crescimento de 2017/2018.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta um acréscimo de 113,1%, passando para R\$ 23.595 milhões em 31 de dezembro de 2018, em comparação a R\$ 11.073 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em

Minuta 13/10/2020

termos percentuais, o passivo circulante representava 99,6% do passivo total em 31 de dezembro de 2018 comparado a 73,6% em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento se deu em função do difícil ano de 2018, onde o patrimônio líquido reduziu próximo de zero aumentando a relevância do passivo circulante no ano de 2018.

Passivo Não Circulante

O passivo não-circulante totalizava R\$ zero em 31 de dezembro de 2018, o que representava um decréscimo de 100% em relação ao montante de R\$ 674 mil em 31 de dezembro de 2017. Em termos percentuais, o passivo não-circulante representava 0% do passivo total em 31 de dezembro de 2018 comparado a 5,0% em 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve uma diminuição em 97,4%, passando para R\$ 84 mil em 31 de dezembro de 2018 ante R\$ 3.288 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores atribuem essa diminuição ao difícil ano de 2018 onde o Brasil teve uma série de problemas econômicos como greve dos caminhoneiros, tabelamento do frete e mundialmente o trade-war entre EUA e China, fizeram com que quase todo o patrimônio da empresa de 2017 ficasse próximo de zero em 2018.

Minuta 13/10/2020

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa da Companhia, relativos aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		AH(%)
	2020	2019	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	-76.459	7.466	-1.124%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-45	-85	-47%
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	85.484	-633	-13.605%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou diminuição de 1.124% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$ 7.466 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para uma redução de R\$ -76.459 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Essa variação ocorreu, principalmente, pelo crescimento expressivo de nossas vendas onde o investimento em estoques passaram de R\$ 2.331 milhões no período findo de 30 de junho de 2019 para R\$ 163.938 milhões representando um investimento de R\$ 161.607 milhões somente em estoques.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou uma redução de -47% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparado ao mesmo período em 2019, passando de R\$ 85 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para R\$ 45 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Essa variação ocorreu, principalmente, em função de investimento em sistema ERP.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos apresentou uma redução de 13.605% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparado ao mesmo período em 2019, passando de R\$ -633 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para R\$ 85.484 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Essa variação ocorreu, principalmente, em função da captação de empréstimos para financiamento, boa parte dessa captação os estoques são oferecidos em garantia, a atividade de captação de empréstimos representou sozinha um crescimento em nossa atividade de financiamento de R\$ 96.547 milhões.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		AH(%)
	2019	2018	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	-4.990	-7.350	-32%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			

Minuta 13/10/2020

	-312	-42	643%
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	10.175	9.675	5%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou uma diminuição de 32% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de R\$ -7.750 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ -4.990 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Essa variação ocorreu, principalmente, pela participação maior do financiamento via fornecedores onde no exercício encerrado em dezembro de 2019 nossos fornecedores financiaram R\$ 4.895 milhões comparado com igual período do ano anterior a empresa teve uma redução na conta de fornecedores de R\$ 817 mil.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou uma redução de 643% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de R\$ -42mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ -312 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Essa variação ocorreu, principalmente, pelos investimentos da empresa em sistema ERP.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos apresentou um aumento de 5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de R\$ 9.675 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 10.175 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Essa variação de 5% é considerada imaterial pela empresa.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		AH(%)
	2018	2017	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	-7.350	-3.296	-123
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-42	-174	-76%
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades de financiamentos	9.275	5.730	62%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais apresentou uma diminuição de 123% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$ -3.296 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ -7.350 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência dos eventos extraordinários do ano de 2018 (greve dos caminhoneiros, tabelamento dos frentes, eleições presidências e trade-war entre EUA e China que diretamente impactaram o lucro da empresa que encerrou o ano de dezembro de 2018 com um prejuízo de R\$ -2.334 milhões comparado com um lucro de R\$ 2.903 milhões no mesmo período do ano anterior.

Minuta 13/10/2020

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou uma diminuição de -76% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$ -174 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$-42 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência da contenção de investimentos em um ano crítico que foi o de 2018 para economia brasileira.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado das atividades de financiamentos apresentou um aumento de 62% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$ 5.730 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 9.275 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência de uma maior atividade de captação de recursos no mercado para fazer frente às necessidades da empresa no ano de 2018.

Minuta 13/10/2020

10.2 - Resultado operacional e financeiro**(a) resultados das operações da Companhia****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Companhia inclui basicamente dois produtos: soja e milho, e os valores totais da receita são materialmente influenciados pelos seguintes fatores: (i) volume de produtos faturados, (ii) mix de produtos faturados e (iii) preço do produto faturado. Os preços dos produtos faturados são impactados pelos componentes: (a) preço da commodities na bolsa de Chicago – Chicago Board of Trade – CBOT, (b) basis, (c) frete terrestre ou hidroviário (d) custos portuários com elevação; e (e) fumigação. Ainda, como boa parte da receita é destinada à exportação, a taxa de câmbio também é um componente importante de nossa receita em reais. Abaixo o quadro resumo do resultado operacional impactado basicamente pelos resultados operacionais, com as receitas líquidas de vendas:

	000'R\$					volume (em toneladas)				
	DF anual (auditadas)			DFs Intermediárias		DF anual (auditadas)			DFs Intermediárias	
	2017	2018	2019	30/jun/19	30/jun/20	2017	2018	2019	30/jun/19	30/jun/20
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS										
Mercado Interno	59.845	109.792	42.135	28.408	30.299	61.909	126.190	61.497	40.328	34.061
Mercado Externo	15.809	45.469	344.352	68.780	544.625	25.975	43.000	460.881	76.659	300.605
Total	75.654	155.261	386.486	97.187	574.925	87.884	169.190	522.378	116.987	334.666
Crescimento %		105,2%	148,9%		491,6%		92,5%	208,8%		186,1%
R\$/Toneladas										
	2017	2018	2019	30/jun/19	30/jun/20					
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS										
Mercado Interno	966,66	870,05	685,14	704,43	889,57					
Mercado Externo	608,62	1.057,43	747,16	897,22	1.811,76					
Total	860,84	917,67	739,86	830,76	1.717,91					
Crescimento %		6,6%	-19,4%		106,8%					
Por DESTINO										
Mercado Interno	79,1%	70,7%	10,9%	29,2%	5,3%	70,4%	74,6%	11,8%	34,5%	10,2%
Mercado Externo	20,9%	29,3%	89,1%	70,8%	94,7%	29,6%	25,4%	88,2%	65,5%	89,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Por PRODUTO										
Soja	51.882	107.313	53.631	32.266	552.900	37.247	85.693	37.263	22.557	307.167
Milho	23.772	47.948	332.866	64.921	22.025	50.637	83.497	485.115	94.430	27.499
Total	75.654	155.261	386.496	97.187	574.925	87.884	169.190	522.378	116.987	334.666
MIX Produto										
Soja	68,6%	69,1%	13,9%	33,2%	96,2%	42,4%	50,6%	7,1%	19,3%	91,8%
Milho	31,4%	30,9%	86,1%	66,8%	3,8%	57,6%	49,4%	92,9%	80,7%	8,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia registrou um aumento no volume de produtos entregues de 186,1% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019. O preço médio por tonelada faturada saltou 106,8% de R\$ 830,76/tonelada nos primeiros seis meses de 2019 para R\$ 1.717,91/tonelada em igual período de 2020. A participação do produto soja com maior valor agregado no faturamento dos primeiros seis meses de 2020 foi de 91,8% quando comparado com o ano anterior que foi de apenas 19,3%. O volume total faturado 334.666 toneladas no primeiro semestre no ano comparado com 116.987 toneladas do ano anterior aliado com uma participação maior da soja no mix de produtos faturados, contribuíram positivamente para um

Minuta 13/10/2020

aumento nas receitas de 491,6% de R\$ 97,187 milhões no primeiro semestre de 2019 para R\$ 574,925 milhões no primeiro semestre de 2020. Despesas gerais e administrativas nos primeiros seis meses de 2020 foram de R\$ 7,218 milhões refletindo a nova estrutura de custos, sistemas e governança criada para gerar o crescimento planejado, quando comparada com as despesas de igual período de 2019 que foram de R\$ 1,901 milhões. O LAJIDA Ajustado no primeiro semestre de 2020 foi de 20.2 milhões, correspondente a 3,5% do faturamento líquido do semestre que foi majoritariamente beneficiado pelo programa de soja (91,8% de Soja e 8,2% de Milho). O LAJIDA Ajustado do primeiro semestre foi R\$ 10 milhões maior do que igual período do ano anterior, porém a margem foi 7% inferior à do ano passado (3,5% de 2020 comparado 10,5% de 2019), basicamente em função do crescimento exponencial do volume vendido e mix de produtos do primeiro semestre de 2020.

A Companhia registrou um aumento no volume de produtos entregues de 208,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018. O preço médio por tonelada faturada caiu -19,4% de R\$ 917,67/tonelada no exercício social encerrado em dezembro de 2018 para R\$739,86/tonelada em igual período de 2019, que pode ser justificado com a participação do produto milho de menor valor agregado no faturamento dos exercício social encerrado em 2019 foi de 92,9% quando comparado com o ano anterior que foi de apenas 49,4%. O volume total faturado 522.378 toneladas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com 169.190 toneladas do ano anterior. O maior volume entregue contribuiu positivamente para um aumento nas receitas totais de 148,9% de R\$ 155,261 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado com R\$ 386,486 milhões de faturamento total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 5,113 milhões representando 1,32% da receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 abaixo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 R\$ 2,412 milhões correspondente a 1,55% da receita líquida do exercício social. O LAJIDA Ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de 8.320 milhões, correspondente a 2,2% do faturamento líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 que foi impactado ainda teve impactos do difícil exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia registrou um aumento no volume de produtos entregues de 92,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em comparação com o mesmo período de 2017. O preço médio por tonelada faturada aumento em 6,6% de R\$ 860,84/tonelada no exercício social encerrado em dezembro de 2017 para R\$917,67/tonelada em igual período de 2018. O mix de produto ficou estável com a participação do milho em 30,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com uma participação do Milho em 31,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O volume total faturado 155.261 toneladas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com 75.654 toneladas do ano anterior. O maior volume entregue contribuiu positivamente para um aumento nas receitas totais de 105,2% de R\$ 75,654 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando comparado com R\$ 155,261 milhões de faturamento total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2,412 milhões representando 1,55% da receita líquida do mesmo período menor do que o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 que foram de R\$ 1,568 milhões representando 2,07% da receita líquida. O LAJIDA Ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de -1,648 milhões ou -1,1% da receita líquida do mesmo período em função do exercício social de 2108 ter vários eventos extraordinários que afetaram os resultados operacionais de quase todos os setores do Brasil, com ênfase nas greve dos caminhoneiros, tabelamento dos preços de fretes rodoviários, guerra mundial de comercialização entre os EUA e a China que contribuíram para um ano de baixa performance de 2018.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; (c) impacto da

Minuta 13/10/2020

inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**Resultado financeiro**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras						
Rendimento de aplicações financeiras	649	28	53	649	28	53
Descontos obtidos	47	25	80	47	25	80
	696	53	133	696	53	133
Despesas financeiras						
Juros antecipação de recebíveis	(55)	(570)	-	(55)	(570)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.110)	(858)	(192)	(2.110)	(858)	(192)
Outras despesas financeiras	(657)	(45)	(70)	(802)	(56)	(73)
	(2.822)	(1.473)	(262)	(2.967)	(1.484)	(265)
Resultado líquido de variação cambial	(2.035)	(460)	(9)	(2.035)	(460)	(9)
	(4.161)	(1.880)	(138)	(4.306)	(1.891)	(141)
Resultado financeiro líquido	(2.126)	(1.420)	(129)	(2.271)	(1.431)	(132)
Resultado de variação cambial	(2.035)	(460)	(9)	(2.035)	(460)	(9)

Os resultados nas rubricas de variação cambial ativa e passiva estão apresentadas líquidas para fins de comparação e são decorrentes basicamente de transações em dólar, nos processos de exportação, contas a receber e empréstimos em moeda estrangeira. A administração busca proteção sobre as oscilações de moeda por meio de contratos de NDFs (*Non Deliverable Forward*).

Minuta 13/10/2020

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, eventos ou operações não usuais

Minuta 13/10/2020

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 não houve ressalvas e ênfases dos auditores com relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Minuta 13/10/2020

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia entende que não há qualquer política contábil crítica que, na avaliação da Companhia e dos Auditores, caso alterada, acarretaria alteração contábil relevante.

Minuta 13/10/2020

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(iv) contratos de construção não terminada

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

Minuta 13/10/2020

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) natureza e o propósito da operação

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

Minuta 13/10/2020

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos realizados pela Companhia em 2019, e os investimentos previstos para o exercício social de 2020 são os seguintes:

Portoeste - Terminal Portuário de Ilhéus: No ano de 2020 o acionista controlador, Frederico José Humberg aumentou o capital social da Companhia com o aporte de sua participação acionária de 40% na Portoeste -Terminal Portuário de Ilhéus S.A. que detinha desde 2011, pelo valor de custo, equivalente a R\$470 mil. A Portoeste é controlada pelo seu acionista majoritário e atual operador do terminal de Ilhéus: Intermarítima Terminais Ltda., que detém 60% de participação na Portoeste. O Porto de Ilhéus é especializado em embarques de navios *hand size*, nicho de mercado de interesse da Companhia, que já conta com originação de grãos no Estado da Bahia. Não existe previsão de desembolsos em 2020 para o projeto do porto em Ilhéus pela Companhia.

Industrialização de milho: No ano de 2020, a Companhia concluiu o estudo de viabilidade econômica iniciada em 2019 para transformação de milho em etanol anidro de milho, etanol hidratado de milho, farelo de milho seco a 32% (ddgs) e óleo bruto de milho. Em 2020, a Companhia celebrou um contrato com opção de compra do terreno para a construção de uma usina para beneficiamento do milho, e aguarda recursos para viabilizar a construção. O valor dos investimentos efetuados pela Companhia até 30 de junho de 2020 somam R\$133 mil. O investimento total estimado para uma usina dessa natureza pode atingir R\$ 270 milhões, entre capital para ativo fixo e capital de giro.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, a Companhia financiou os investimentos iniciais acima mencionados com recursos próprios, porém, como são investimentos estratégicos e relevantes, para a conclusão destes, será necessário buscar recursos adicionais externos por meio de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes realizados no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e tampouco nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2017, 2018 e 2019. Bem como não há previsão de desinvestimentos relevantes para o exercício social de 2020.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Formulário de Referência – Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não aplicável.

Minuta 13/10/2020

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 10. A Companhia esclarece que não possui despesas com publicidade, patrocínios e convênios relevantes.

Minuta 13/10/2020

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

Minuta 13/10/2020

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

Minuta 13/10/2020

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) membros e no máximo 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Além de outras matérias previstas em lei e no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições;
- estabelecer a remuneração individual, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês Consultivos, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;
- fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;
- escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do Artigo 132 da Lei das S.A.;
- instalar, definir a composição, coordenação, organização e regimentos internos dos Comitês Consultivos;
- aprovar a contratação de consultores externos para assessorar os Comitês Consultivos;
- definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS;
- constituir quaisquer ônus ou gravames sobre os bens ou ações da Companhia, bem como prestação de garantias, reais ou fidejussórias, em nome da Companhia e/ou de suas afiliadas em obrigações com terceiros;
- outorgar empréstimos em favor de terceiros;
- qualquer operação, acordo, negócio, contrato, arranjo comercial ou assunção de obrigações entre a Companhia e (a) acionistas ou partes relacionadas; (b) qualquer membro da administração da Companhia inclusive contratos de empréstimo;
- desde que não estejam previstas no orçamento anual ou plurianual ou plano de negócios da Companhia devidamente aprovado, a contratação ou aditamento pela Companhia de quaisquer contratos relativos a empréstimo, financiamento, assunção de obrigações ou despesas, qualquer operação, acordo, negócio, contrato ou arranjo comercial que acarrete uma obrigação financeira para a Companhia, incluindo a aquisição de ativos ou negócios, em todos os casos, na medida em que (a) excedam o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou (b) que seja estranho às atividades previstas no objeto social da Companhia;
- qualquer contratação de operação de endividamento (inclusive, mas sem limitação, por meio da emissão de debêntures, notas promissórias ou outros títulos ou Valores Mobiliários representativos de dívida, operação de leasing financeiro) em que valor exceda o nível máximo de endividamento previsto no orçamento anual ou plurianual ou plano de negócios da Companhia devidamente aprovado;
- aprovar a contratação de seguros cujo prêmio seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

Minuta 13/10/2020

- deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, até o limite do capital autorizado, fixando-lhes as respectivas condições;
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria; e
- exercer outras atribuições previstas no Estatuto Social e deliberar sobre qualquer matéria não prevista no Estatuto Social, respeitadas as matérias de competência privativa de outros órgãos da Companhia, notadamente a Assembleia Geral.

(i) regimento interno próprio

O Conselho de Administração não é regido por regimento interno próprio.

(ii) comitê de auditoria estatutário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não avalia o trabalho da auditoria independente e não possui política de contratação de serviços de extra-auditoria.

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria da Companhia será formada por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos com mandato unificado de 2 (dois) anos, eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e até três Diretores sem designação específica, sendo permitida a acumulação de cargos e a reeleição. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu estatuto social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada (a) pelo Diretor Presidente, isoladamente; (b) por 2 (dois) membros da Diretoria, em conjunto; (c) 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou (d) 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos.

Compete ao Diretor Presidente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria e fiscalizar o cumprimento das deliberações gerais; (ii) representar a sociedade em juízo, ativa e passivamente, nos termos do estatuto social; (iii) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores; (iv) planejar e coordenar as iniciativas comerciais e operacionais em concordância com o plano de crescimento da Companhia; e (v) executar atividades de administração, incluindo, sem limitação, a formalização de atos societários.

Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, dentre outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente: (i) coordenar e supervisionar as atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, finanças, orçamento e contabilidade; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) zelar pela conformidade tributária e trabalhista; (iv) dar suporte aos demais diretores e departamentos da Companhia com relatórios, (v) análises e informações de acompanhamento e avaliação dos resultados buscando proativamente identificar riscos, desvios em relação às metas definidas e oportunidades de melhoria; (vi) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração da Companhia e demais relatórios gerenciais solicitados pela Diretoria, Conselho de Administração e acionistas, conforme o caso; (vii) representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e autorregulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme aplicável; (viii) divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia; (ix) executar e acompanhar as políticas adotadas pela Companhia, incluindo a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia; (x) revisar e coordenar a elaboração do formulário de referência da Companhia, bem como demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável às companhias abertas; (xi) tomar todas as providências necessárias para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM;

Minuta 13/10/2020

e (xii) exercer outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os Diretores sem designação específica terão suas atribuições designadas pelo Conselho de Administração.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

O Conselho Fiscal, quando instalado, compor-se-á de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com a competência, deveres e responsabilidade definidos em lei. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá início na data de sua eleição e terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente, podendo ser reeleitos.

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

Não aplicável, pois atualmente não há mecanismos de avaliação para estes órgãos.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

Não aplicável.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

Não aplicável.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

Não aplicável.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

Não aplicável.

Minuta 13/10/2020

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim o exigirem.

Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas são convocadas pelo Conselho de Administração, com pelo menos 15 dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

(b) competências

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as seguintes matérias:

- qualquer alteração ao Estatuto Social da Companhia;
- o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado;
- fusão, cisão, transformação ou incorporação de outra sociedade (inclusive incorporação de ações) pela Companhia, ou incorporação da Companhia (ou das ações de emissão da Companhia) por outra sociedade, ou outra forma de reorganização societária;
- dissolução, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência;
- a transferência de parte substancial dos ativos da Companhia e de suas subsidiárias que gere a descontinuidade de suas atividades;
- emissão de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, bem como quaisquer valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações;
- resgate, amortização, desdobramento, grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia;
- eleição e destituição a qualquer tempo dos membros do Conselho de Administração da Companhia e do Conselho de Fiscal e respectivos suplentes;
- fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, contemplando, inclusive, a remuneração dos membros dos Comitês Consultivos;
- plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia destinado a seus administradores e empregados;
- fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- deliberar sobre o pedido de registro de companhia aberta da Companhia perante as autoridades competentes para negociação de suas ações em ambiente de bolsa de valores e a realização de oferta pública inicial de ações da Companhia;
- aprovar e rever anualmente: (a) o orçamento anual, concernente às receitas e despesas da Companhia; (b) o orçamento de capital, com destaque dos investimentos com efeitos de longo prazo; e (c) o plano anual de negócios, com especificação das operações básicas e os fundamentos e justificativas gerais para as estratégias adotadas;
- desde que não estejam previstas no orçamento anual ou plurianual ou plano de negócios da Companhia devidamente aprovado, qualquer operação de venda, transferência, oneração, ou outra forma de alienação de quaisquer ativos ou negócios da Companhia que ultrapasse individualmente ou em agregado, dentro de um exercício social, o montante total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- realização de novos investimentos pela Companhia relacionados à consecução do objeto social, que ultrapasse, individualmente ou em agregado, dentro de um exercício social, o

Minuta 13/10/2020

montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), desde que não previstos no orçamento anual ou plurianual ou plano de negócios da Companhia;

- manifestação de voto ou participação, na qualidade de acionista ou sócia, nas reuniões ou assembleias de sócios/acionistas das sociedades nas quais a Companhia detenha participação que tenham relação as matérias supramencionadas;
- deliberar sobre pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a adesão e saída BOVESPA MAIS ou migração da Companhia para segmento de negociação cujo nível de governança seja superior ao BOVESPA MAIS;
- escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do BOVESPA MAIS, conforme o previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços:

(i) sede da Companhia: Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 620, 8º andar, Edifício Paddock II, Jardim Europa, CEP 01455-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (www.agribrazil.net); *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e *site* da B3 (www.b3.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Não há disposição estatutária acerca de prazo mínimo de antecedência para a recepção dos instrumentos de procuração.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notariados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

Em situações excepcionais, a Companhia poderá aceitar procurações sem reconhecimento de firma, em formato digital ou poderá abonar quaisquer dos requisitos acima. Tais exceções constarão do edital de convocação e da proposta da administração de referida Assembleia Geral.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 620, 8º

Minuta 13/10/2020

andar, Edifício Paddock II, Jardim Europa, CEP 01455-000, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, conforme aplicável:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 dias antes da data da respectiva Assembleia.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notariação e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Em situações excepcionais, a Companhia poderá abonar a exigência de quaisquer dos requisitos acima, desde que não sejam contra dispositivo legal, sendo que tais exceções constarão do edital de convocação e da proposta da administração de referida Assembleia Geral.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 620, 8º andar, Edifício Paddock II, Jardim Europa, CEP 01455-000, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@agribrazil.net.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a

Minuta 13/10/2020

distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

Minuta 13/10/2020

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

Considerando que a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada até a reunião de sócios realizada em 31 de maio de 2020, que formalizou a conversão para sociedade por ações, no último exercício social, o Conselho de Administração realizou apenas 1 (uma) reunião, em 31 de maio de 2020, para eleição dos diretores da Companhia.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, seguindo as orientações definidas pela Lei 6.404/76 e o Regulamento do BOVESPA MAIS, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

A Companhia não adota uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração e da Diretoria.

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adota uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração e da Diretoria.

(ii) principais características

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adota uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração e da Diretoria.

Minuta 13/10/2020

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções, e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS.

Minuta 13/10/2020

12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Frederico José Humberg	04/04/1972	Conselho de Administração	31/05/2020	31/05/2021	0
091.936.888-30	Administrador de Empresas	Membro Efetivo do Conselho de Administração	31/05/2020	Sim	100%
Conselheiro de Administração e Diretor Presidente					
Stephane Frappat	22/12/1967	Conselho de Administração	31/05/2020	31/05/2021	0
701.106.101-05	Administrador de Empresas	Membro Efetivo do Conselho de Administração	31/05/2020	Sim	100%
N/A					
Paulo Guilherme Rache Humberg	04/12/1967	Conselho de Administração	31/05/2020	31/05/2021	0
065.369.228-59	Administrador de Empresas	Membro Efetivo do Conselho de Administração	31/05/2020	Sim	100%
N/A					
Ney Nelson Machado de Sousa	06/03/1970	Diretoria	31/05/2020	31/05/2022	0
106.174.078-19	Administrador de Empresas	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	31/05/2020	Sim	100%
N/A					
Frederico José Humberg	04/04/1972	Diretoria	31/05/2020	31/05/2022	0

Minuta 13/10/2020

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
091.936.888-30	Administrador de Empresas	Diretor Presidente	31/05/2020	Sim	0%
Conselheiro de Administração e Diretor Presidente					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
<p>Frederico José Humberg</p> <p>O Sr. Frederico administrador de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP com ênfase em Comercio Internacional e com especialização em commodities pela Universidade de Harvard e IMD. Possui uma hibrida experiencia como executivo e empreendedor. Como executivo, ocupou posições “C-Level” em empresas multinacionais de grande porte como Gavilon, Bunge e Glencore. Como empreendedor, foi fundador de diversas empresas, no setor do agronegócio no ano de 2006 foi o socio fundador da empresa Agriservice LTDA, empresa comprada pela Gavilon LLC no ano de 2011 que em 2016 chegou a um faturamento de aproximadamente R\$ 4 bilhões. No setor logístico, foi socio do terminal portuário TERLOGS no ano de 2003, no terminal TGSC no ano de 2009 e no porto de Ilhéus no ano de 2011.</p> <p>O Sr. Frederico não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p> <p>N/A</p>
<p>Stephane Frappat</p> <p>O Sr. Stephane é diplomado do Institut d'Etudes Politiques de Bordeaux (França). Como executivo, Stephane conduziu a transformação da Sodrugestvo de uma importadora e distribuidora de ração russa para uma companhia de US\$3 bilhões presente em 5 continentes, incluindo fábricas de processamento de oleaginosas na Rússia, Brasil e nos Estados Unidos. Atuou na venda de participações minoritárias da Companhia ao IFC e Mitsui e na construção de time de gestão reconhecido internacionalmente.</p> <p>O Sr. Stephane não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p> <p>N/A</p>
<p>Paulo Guilherme Rache Humberg</p> <p>O Sr. Paulo é formado em marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. Possui vasta experiência no segmento de internet e e-commerce. Em 1995, fundou a Shoptime, o primeiro e-commerce do Brasil. Desde então, empreendeu em diversos negócios, fundando companhias como o Shoptime,</p>

Minuta 13/10/2020

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
<p>Lokau, iBest e Brandsclub. Em 2004 fundou uma empresa de investimentos em tecnologia que, em 2019, após a fusão com a Gestora Inseed transformou-se na Gestora KPTL. O Sr. Paulo atua como presidente do conselho de administração da Gestora KPTL.</p> <p>O Sr. Paulo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>
N/A
<p>Ney Nelson Machado de Sousa</p> <p>O Sr. Ney é bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda de Ribeirão Preto – SP com pós graduação em Gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro -RJ. Possui vasta experiência na área de planejamento financeiro estratégico, fusões e aquisições, contabilidade e tributos, com ênfase em controladoria e gestão de sistemas ERP. Com mais de 30 anos de experiência, trabalhou em empresas nacionais e multinacionais como, Cargill, Gaviola, ECTP, Serasa, UHG entre outras.</p> <p>O Sr. Ney não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>
N/A

Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

12.7 / 12.8 - Composição dos comitês

Não aplicável. A Companhia não possui comitês formalmente instalados.

Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

a. Administradores da Companhia

Frederico José Humberg e Paulo Guilherme Rache Humberg, membros do Conselho de Administração, são irmãos.

b. Administradores da Companhia e administradores de Controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não aplicável.

c. Administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e Controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não aplicável.

d. Administradores da Companhia e Administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não aplicável.

Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não aplicável. A Companhia entende não haver relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

Minuta 13/10/2020

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

O reembolso de eventuais despesas incorridas pelos administradores da Companhia está coberto por apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), contratada entre a Companhia e a Chubb Seguros Brasil S.A., com prêmio de R\$ 7.450,00 e limite global de R\$5 milhões, tendo vigência até 09 de julho de 2021.

Cumprido destacar que a apólice referida acima inclui, dentre outras proteções, a cobertura de despesas processuais, custos de defesa, indenizações, dentre outros custos, de processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza cível, penal, trabalhista, tributária, previdenciária ou de qualquer outra natureza, pleiteando reparação pecuniária ou visando responsabilizar os administradores por práticas de atos danosos decorrentes de sua atuação como administrador.

Não obstante, referida apólice exclui da proteção mencionada acima todos os atos praticados com dolo ou má-fé. Desse modo, a Companhia entende que o reembolso aos administradores de custos e despesas decorrentes de processos administrativos e criminais são justos e devidos, uma vez que tais valores decorreram de atos praticados no exercício de suas funções, sem dolo ou culpa grave que demonstre intenção de prejudicar a Companhia ou terceiros.

Com isso, a Companhia acredita que possui maior capacidade de atração e manutenção de seu pessoal chave, garantindo, desta forma, um melhor desenvolvimento de sua estratégia de negócios.

Minuta 13/10/2020

12.12 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes para o item 12, além daquelas prestadas nos subitens anteriores. Adicionalmente, não há outros cargos ocupados pelos Conselheiros e Diretores, além daqueles apresentados nos itens 12.5/6.

De modo a garantir aos investidores o acesso a outras informações importantes sobre as práticas da Companhia quanto às assembleias gerais (ou reuniões de sócios, conforme aplicável, considerando que até 2020 a Companhia era uma sociedade limitada), segue abaixo o quórum das assembleias realizadas nos 3 últimos anos e no exercício social em curso:

Data	Tipo	Quórum de instalação
09/10/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
31/07/2020	Assembleia Geral Ordinária	100%
21/07/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
31/05/2020	12ª Alteração de Contrato Social (transformação em sociedade por ações)	100%
20/11/2017	Reunião de Sócios (Companhia era sociedade limitada à época)	100%
30/04/2015	Reunião de Sócios (Companhia era sociedade limitada à época)	100%

Minuta 13/10/2020

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Atualmente, a Companhia não possui uma política formalizada de remuneração. Não obstante, a prática de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração e a retenção de profissionais altamente qualificados, de forma a estimular uma boa performance e um bom nível de alinhamento dos administradores aos objetivos da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria

A remuneração dos membros da Diretoria estatutária da Companhia e a remuneração dos membros da diretoria não estatutária é atualmente composta por remuneração fixa e variável.

Remuneração fixa da Diretoria

A remuneração fixa da Diretoria estatutária, bem como da diretoria não estatutária compreende: (i) salário ou pro labore base; e (ii) benefícios gerais de assistência médica, vale refeição, vale alimentação, que tem como objetivo oferecer um pacote de benefícios atrativo, adequado às condições gerais do mercado. Este tipo de remuneração visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições de mercado.

Remuneração variável da Diretoria

A remuneração variável da diretoria estatutária, bem como da diretoria não estatutária compreende: (i) PLR – Participação nos Lucros e Resultados, que tem como objetivo compartilhar parte dos resultados da Companhia em conformidade com acordo assinado com sindicato dos funcionários, conforme condições gerais do mercado; e (ii) bônus adicional, que visa premiar o alcance das metas da organização, e deverá observar critérios que venham a ser definidos, e periodicamente revisados, pelos administradores da Companhia, mas preferencialmente baseando-se no atingimento de metas individuais e coletivas, de modo a alinhar os interesses da Companhia com o de seus diretores.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é atualmente composta por uma remuneração fixa.

Remuneração fixa do Conselho de Administração

A remuneração fixa do Conselho de Administração compreende o pró-labore base. Este tipo de remuneração visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições de mercado.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Até maio de 2020, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada e era administrada por seu quotista controlador, de modo que não havia remuneração estabelecida para

Minuta 13/10/2020

o administrador, que era remunerado mediante distribuição de resultado. A Companhia passará a seguir o modelo de remuneração previsto neste item 13 a partir do presente exercício social.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração global dos administradores é avaliada anualmente pelos diretores e, no caso de entenderem necessário, apresentam sugestão de alteração para o Conselho de Administração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia pratica um modelo de remuneração que reflete a responsabilidade de cada cargo, alinhado às práticas de mercado de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e motivar os profissionais, de modo que seus respectivos interesses estejam alinhados aos da Companhia.

(v) membros não remunerados

Exceto pelo acionista Frederico José Humberg, que é acionista controlador, membro do Conselho de Administração e diretor da Companhia e não recebe remuneração para exercício dos cargos de conselheiro e diretor, a Companhia passou a remunerar os demais membros do conselho de administração e da diretoria em 31 de maio de 2020 e passará a seguir este modelo de remuneração a partir do presente exercício social.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os diretores estatutários e não estatutários da Companhia possuem remuneração variável ligada ao alcance de metas e métricas definidas pelo Conselho de Administração. As metas e métricas, bem como o peso de cada uma delas para cada um dos diretores, são definidas anualmente pelo Conselho de Administração e, portanto, estão sujeitas a variações em cada um dos exercícios financeiros. Para o ano corrente, as métricas estabelecidas foram: valor de faturamento em reais e o valor do EBITDA esperado para o ano.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O cálculo e as alterações salariais relacionadas à remuneração fixa levam em consideração os seguintes fatores: (a) mérito, quando há reconhecimento de habilidades de alta performance, prática de comportamentos esperados e resultados efetivamente entregues no desempenho das atividades; (b) promoção, em função do acesso a um nível de maior complexidade em relação ao atual, podendo ocorrer em qualquer época; (c) reavaliação do cargo, com base na revisão do posicionamento do cargo na tabela salarial, decorrente da alteração de seus deveres e responsabilidades, buscando a manutenção da consistência interna da estrutura de cargos e salários; e (d) enquadramento, decorrente da adequação anual da remuneração fixa à evolução do mercado de referência com base em pesquisas de mercado.

Minuta 13/10/2020

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo, na medida em que, os resultados da Companhia e dos seus administradores definirão o montante a ser atribuído a cada administrador, com base na natureza de sua função e na sua efetiva contribuição e impacto para os resultados auferidos, comparativamente às metas e critérios estabelecidos pela Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A remuneração global dos conselheiros e diretores estatutários é definida anualmente em AGO, sendo que, posteriormente, a remuneração individual é determinada pelo Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A definição da remuneração dos conselheiros e diretoria estatutária é feita com base na experiência dos conselheiros e sócios em outras empresas e no seu conhecimento do mercado. Não existe um estudo específico para este fim.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração avalia a remuneração dos seus membros e da diretoria estatutária anualmente, sendo tal alinhamento matéria de RCA. Para tanto, os membros do Conselho de Administração avaliam, com base em suas experiências, se a remuneração está compatível com aquela aplicada no mercado.

Minuta 13/10/2020

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	N/A	5
Nº de membros remunerados	2	2	N/A	4
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 2.327,10	R\$ 612.000,00	N/A	R\$ 614.327,10
Benefícios diretos e indiretos	0	0	N/A	0
Participação em comitês	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	N/A	0
Remuneração variável				
Bônus	0	0	N/A	0
Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
Pós-emprego	0	0	N/A	0
Cessação do cargo	0	0	N/A	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	N/A	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente,	

Minuta 13/10/2020

	mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	R\$ 2.327,10	R\$ 612.000,00	N/A	R\$ 614.327,10

Minuta 13/10/2020

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0	0	0	0
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0

Minuta 13/10/2020

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	N/A	
Total da remuneração	0	0	0	0

Minuta 13/10/2020

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0	0	0	0
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0

Minuta 13/10/2020

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	N/A	N/A
Total da remuneração	0	0	0	0

Minuta 13/10/2020

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0	0	0	0
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0

Minuta 13/10/2020

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	N/A	0
	Total da remuneração	0	0	0

Minuta 13/10/2020

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	N/A	5
Nº de membros remunerados	2	2	N/A	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0

Minuta 13/10/2020

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0

Minuta 13/10/2020

Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

Minuta 13/10/2020

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações em vigor no último exercício social nem possui plano de remuneração baseado em ações previsto para o exercício social corrente.

Minuta 13/10/2020

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possui plano de opção de compra de ações aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Minuta 13/10/2020

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do último exercício social.

Minuta 13/10/2020

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Minuta 13/10/2020

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

Minuta 13/10/2020

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Não aplicável, tendo em vista que não havia ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social.

Minuta 13/10/2020

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

Minuta 13/10/2020

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº total de membros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da maior remuneração (Reais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da menor remuneração (Reais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor médio da remuneração (Reais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	0
31/12/2018	0
31/12/2017	0
Conselho de Administração	
31/12/2019	0
31/12/2018	0
31/12/2017	0
Conselho Fiscal	
31/12/2019	0
31/12/2018	0
31/12/2017	0

Minuta 13/10/2020

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Minuta 13/10/2020

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Conselho de Administração	0	0	0
Diretoria	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

Minuta 13/10/2020

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

Minuta 13/10/2020

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não se aplica, dado que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, nos últimos 3 exercícios sociais, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

Minuta 13/10/2020

13.16 - Outras informações relevantes

Para fins de esclarecimento, considerando que até maio de 2020, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada e era administrada por seu quotista controlador, de modo que não havia remuneração estabelecida para o administrador, que era remunerado mediante distribuição de resultado, as informações referentes à remuneração dos administradores da Companhia nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 foram indicadas como zero, uma vez que a Companhia não possuía tais órgãos ou semelhantes quando constituída sob a forma de sociedade limitada.

Minuta 13/10/2020

14.1 - Descrição dos recursos humanos**(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

		Quantidade de funcionários			
Grupo	Localização Geográfica	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2018	Em 31 de dezembro de 2019	Em 30 de junho de 2020
Comercial	SÃO PAULO	2	2	2	1
Operacional	SÃO PAULO	2	1	3	5
Administrativo	SÃO PAULO	3	4	6	7
Total	SÃO PAULO	7	7	11	13
Comercial	MATO GROSSO	1	1	1	2
Operacional	MATO GROSSO	3	1	1	1
Administrativo	MATO GROSSO	0	1	4	7
Total	MATO GROSSO	4	3	6	10
Comercial	TOTAL	3	3	3	3
Operacional	TOTAL	5	2	4	6
Administrativo	TOTAL	3	5	10	14
Total	TOTAL	11	10	17	23

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

		Quantidade de funcionários			
Grupo	Localização Geográfica	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2018	Em 31 de dezembro de 2019	Em 30 de junho de 2020
Comercial	SÃO PAULO	0	0	3	6
Operacional	SÃO PAULO	0	0	1	1
Administrativo	SÃO PAULO	3	4	5	10
Total	SÃO PAULO	3	4	9	17
Comercial	MATO GROSSO	0	0	1	1
Operacional	MATO GROSSO	1	1	1	1
Total	MATO GROSSO	1	1	2	2
Comercial	TOTAL	0	0	4	7
Operacional	TOTAL	1	1	2	2
Administrativo	TOTAL	3	4	5	10
Total	TOTAL	4	5	11	19

Minuta 13/10/2020

(c) Índice de rotatividade

Ano	Índice de Rotatividade
Jun/2020	19%
Dez/2019	50%
Dez/2018	30%
Dez/2017	0%

Minuta 13/10/2020

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

Minuta 13/10/2020

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

Não aplicável, atualmente a companhia não tem política estabelecida de remuneração variável para seus empregados em geral.

Entretanto, os salários dos funcionários da Companhia são calculados de acordo com a legislação vigente e com base nas Convenções e Acordos Coletivos Sindicais com os quais mantemos relacionamentos.

(b) política de benefícios

Embora não haja política de benefícios formalmente adotada, a Companhia, com o objetivo de promover o bem-estar de nossos colaboradores colocamos a disposição de nossos os seguintes benefícios:

- plano de saúde hospitalar com abrangência nacional, estendida a seus dependentes tendo a opção entre acomodação individual ou coletiva;
- vale Alimentação e/ou Vale Refeição;
- vale Transportes;

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

(i) grupos de beneficiários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações

(ii) condições para o exercício

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(iii) preços de exercício

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(iv) prazos de exercício

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

Minuta 13/10/2020

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Mantemos uma relação saudável com os sindicatos representativos, pautada no respeito e profissionalismo.

Minuta 13/10/2020

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

15.1 / 15.2 - Posição acionária

ACIONISTAS DA COMPANHIA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade - UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (unidades)	Total ações %
Acionista Residente no Exterior	Nome do representante legal ou mandatário de acionista residente no exterior			CPF/CNPJ do representante legal ou mandatário	
Frederico José Humberg					
091.936.888-30	Brasileira - SP	Não	Sim	31/05/2020	
1.099.999	99,9999%	0	0	1.099.999	99,99%
Não	N/A			N/A	
Classe ação	Qtde. ações	Ações %			
Ordinária	1.099.999	99,99%			
Humberg Consultoria Empresarial Eireli					
2.207.720/0001-89	N/A	Não	Não	31/05/2020	
1	0,0001%	0	0	1	0,01%
Não	N/A			N/A	
Classe ação	Qtde. ações	Ações %			
Ordinária	1	0,01%			
TOTAL					
1.100.000	100%	0	0	1.100.000	100%

ACIONISTAS DA Humberg Consultoria Empresarial Eireli					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade - UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (unidades)	Total ações %
Acionista Residente no Exterior	Nome do representante legal ou mandatário de acionista residente no exterior			CPF/CNPJ do representante legal ou mandatário	
091.936.888-30	Brasileira - SP	Não	Sim	N/A	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
N/A	N/A			N/A	

Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

ACIONISTAS DA Humberg Consultoria Empresarial Eireli					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade - UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (unidades)	Total ações %
Acionista Residente no Exterior	Nome do representante legal ou mandatário de acionista residente no exterior			CPF/CNPJ do representante legal ou mandatário	
Classe ação	Qtde. ações	Ações %			
N/A	N/A	N/A			
TOTAL					
N/A	N/A				

Minuta 13/10/2020

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	31/07/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

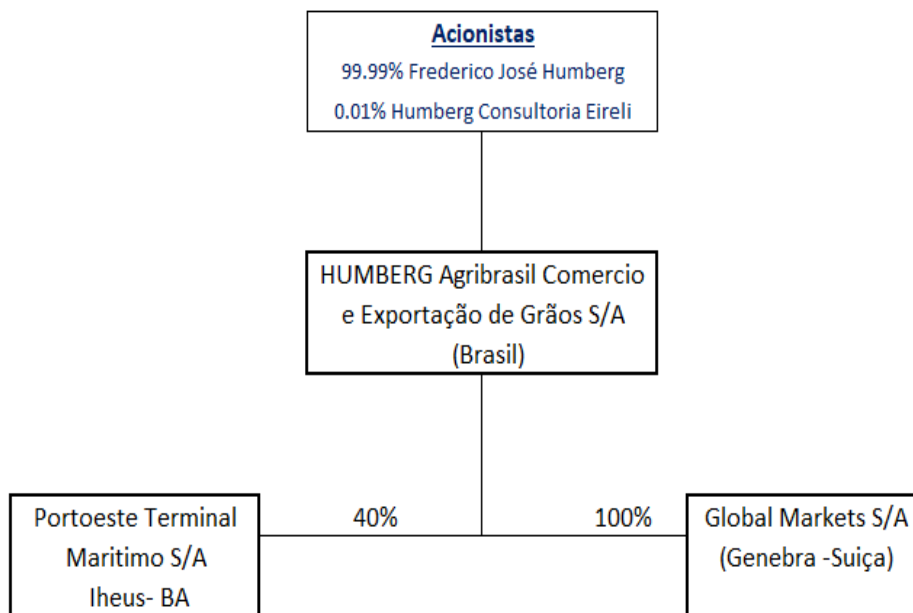
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas as ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0
Total	0	0

Minuta 13/10/2020

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordo de acionistas vigente arquivado na sede da Companhia.

Minuta 13/10/2020

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não foram observadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e entre os administradores da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente, até a data deste Formulário de Referência.

Minuta 13/10/2020

15.7 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não aplicável, considerando que não ocorreram eventos societários individualmente relevantes na Companhia, suas controladas ou coligadas nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

Minuta 13/10/2020

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

Minuta 13/10/2020

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui qualquer transação com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, precisem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente.

Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui qualquer transação com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, precisem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente.

Minuta 13/10/2020

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Não aplicável, considerando não existirem transações com partes relacionadas a serem divulgadas no item 16.2.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Não aplicável, considerando não existirem transações com partes relacionadas a serem divulgadas no item 16.2.

Minuta 13/10/2020

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16 deste Formulário de Referência.

Minuta 13/10/2020

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
09/10/2020	0,00		1.100.000	0	1.100.000
Tipo de capital	Capital Emitido				
31/05/2020	1.991.000,00	Totalmente integralizado	1.100.000	0	1.100.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
31/05/2020	1.991.000,00	Totalmente integralizado	1.100.000	0	1.100.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/05/2020	1.991.000,00	Totalmente integralizado	1.100.000	0	1.100.000

Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

17.2 - Aumentos do capital social

Desde sua transformação para sociedade por ações, não houve aumento de capital na Companhia.

Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social desde no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

Minuta 13/10/2020

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 17.

Minuta 13/10/2020

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag Along	100,000000
Direito a dividendos	O lucro líquido apurado no encerramento do exercício social, depois de deduzidas as amortizações e provisões previstas em lei, será distribuído da seguinte forma: 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido remanescente após a constituição da reserva legal para a distribuição a título do dividendo anual mínimo obrigatório, salvo deliberação diversa em Assembleia Geral, observados os termos da Lei das S.A.; e c) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício será objeto de proposta de destinação a ser apresentada pela Diretoria, nos termos do §3º do Artigo 176 da Lei das S.A., a qual será registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, devendo a Assembleia Geral deliberar sobre a aprovação ou não da proposta.
Direito de voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	N/A
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características de reembolso	As ações ordinárias possuem direito a reembolso do capital no caso de nossa liquidação ou em situações que ensejem o direito de retirada previsto na Lei nº 6.404/76.
Restrição à circulação	Não
Possibilidade de resgate de ações	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em Assembleia Geral podem privar os acionistas da Companhia dos direitos de (i) participar dos lucros sociais da Companhia, (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição da Companhia, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se do quadro de acionistas da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há outras informações relevantes sobre os direitos referentes às ações, que não tenham sido divulgadas ao longo deste Formulário de Referência.

Minuta 13/10/2020

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Alienação do controle

A alienação de nosso controle, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A oferta pública também deverá ser efetivada no caso de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venham a resultar na alienação do controle da Companhia ou em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Cancelamento do registro de companhia aberta

Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O laudo de avaliação referido acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do(s) acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do §1º do Artigo 8º da Lei das S.A., e conter a responsabilidade prevista no §6º do Artigo 8º da Lei das S.A.

A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Saída do Bovespa Mais

Caso os acionistas em assembleia geral deliberem: (1) o cancelamento da listagem de ações no BOVESPA MAIS da B3 para que as ações sejam negociadas fora daquele segmento; ou (2) uma reorganização societária na qual a sociedade sucessora não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no BOVESPA MAIS da B3, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, os acionistas controladores deverão efetuar uma oferta pública aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, pelo respectivo valor econômico das ações, conforme laudo de avaliação preparado conforme as regras dispostas no item anterior (Cancelamento do registro de companhia aberta). Os acionistas controladores não precisarão efetuar uma oferta pública se a Companhia celebrar um acordo de adesão ao segmento do Novo Mercado da B3 ou se a sociedade sucessora na reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado da B3 no prazo de 120 dias contados da data da assembleia geral que aprovou a operação. Adicionalmente, os acionistas controladores poderão ser dispensados de realizar uma oferta pública se a Companhia celebrar um acordo de adesão ao segmento do BOVESPA MAIS – Nível 2 ou do Nível

Minuta 13/10/2020

2 da B3, ou se a sociedade sucessora na reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no BOVESPA MAIS – Nível 2 ou do Nível 2 da B3 no prazo de 120 dias contados da data da assembleia geral que aprovou a operação, mediante: (i) anuência da empresa da totalidade dos acionistas; ou (ii) deliberação da maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes em assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem no mínimo 20% do total de ações em circulação, e em segunda convocação com qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Minuta 13/10/2020

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

Minuta 13/10/2020

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações ordinárias da Companhia será oportunamente requerida junto à CVM e à B3.

Minuta 13/10/2020

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação.

Minuta 13/10/2020

18.5-A – Titulares de cada tipo de valor mobiliário do item 18.5.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

Minuta 13/10/2020

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A Companhia está listada no segmento de listagem denominado BOVESPA MAIS da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia tem um período de 7 anos a partir da data de início de vigência do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS, para cumprir a exigência constante do Regulamento de Governança Corporativa do BOVESPA MAIS de percentual mínimo de ações em circulação no mercado equivalente a pelo menos 25% do total de ações de sua emissão. Esse prazo poderá ser prorrogado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, a seu exclusivo critério e diante de circunstâncias de mercado que assim o justifiquem, mediante solicitação formal da Companhia devidamente fundamentada.

Minuta 13/10/2020

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

Minuta 13/10/2020

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

Minuta 13/10/2020

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia havia sido realizada.

Minuta 13/10/2020

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

Minuta 13/10/2020

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

Minuta 13/10/2020

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

Formulário de Referência – Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de emissão própria no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

Minuta 13/10/2020

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários em tesouraria.

Formulário de Referência – Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

Minuta 13/10/2020

19.3 - Outras inf. Relev. – recompra / tesouraria

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 19 do Formulário de Referência.

Minuta 13/10/2020

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	09 de outubro de 2020
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Pessoas Sujeitas	De acordo com a Política, as pessoas sujeitas são aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM nº 358, inclusive a Companhia e (i) acionistas controladores da Companhia; (ii) membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia; (iii) Conselho Fiscal; (iv) membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; e (v) qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, na sua Controladora, nas suas Controladas ou Coligadas, tenha conhecimento da informação relativa a atos ou fatos relevantes.
Principais características	O objetivo da Política é esclarecer as regras que deverão ser observadas pela Companhia e pelas Pessoas Sujeitas, visando coibir e punir a utilização de Informações Privilegiadas (<i>significa (i) fato relevante ainda não divulgado; e (ii) qualquer informação ainda não divulgada que possa a vir a se tornar um fato relevante, desde que assim definida pelo Diretor de Relações com Investidores</i>), em benefício próprio das Pessoas Sujeitas, em negociação com Valores Mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados. As disposições da Política também procuram coibir a prática de insider trading (<i>uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas</i>) e tipping (<i>dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem</i>), preservando a transparência nas negociações dos Valores Mobiliários (<i>significam todos os valores mobiliários, constantes do artigo 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, de emissão da Companhia ou neles referenciados, incluindo, sem limitação, derivativos de liquidação física ou financeira</i>).
Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Sem prejuízo das vedações a negociação de Valores Mobiliários nos períodos previstos na regulamentação aplicável, é vedada a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Sujeitas nos seguintes períodos: (a) durante o período em que tiverem conhecimento de Informações Privilegiadas ainda não divulgada ao mercado até o momento em que tal divulgação for efetivada; (b) em todos os períodos em que o Diretor de Relação com Investidores tenha determinado a proibição de negociação; (c) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia; (d) entre a data da deliberação do órgão competente para aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; (e) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou de seus controladores de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de novas ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento. É vedada a negociação com Valores Mobiliários pelos acionistas controladores, pelos administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer

Minuta 13/10/2020

	<p>órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de Ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. A vedação do item (a) também aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de Informações Privilegiadas, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados. A vedação prevista no item (a) também se aplica aos conselheiros e diretores da Companhia que se desliguem da administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.</p>
Locais de consulta	<p>Disponível no website da CVM e da Companhia (www.agribrazil.net.)</p>

Minuta 13/10/2020

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 20.

Minuta 13/10/2020

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

Minuta 13/10/2020

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Data aprovação	09 de outubro de 2020
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Principais características	<p>A Política tem como objetivo estabelecer as regras relativas à divulgação de informações da Companhia, suas controladas e coligadas, conforme aplicável, e disciplinar os procedimentos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de informações envolvendo a Companhia, em especial Fatos Relevantes. A Política aplica-se, além da própria Companhia, às seguintes pessoas, as quais estarão obrigadas a observar as regras e diretrizes aqui estabelecidas (“Pessoas Vinculadas”): (i) acionistas controladores da Companhia; (ii) membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia, integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, membros do Conselho Fiscal da Companhia e Profissionais (<i>significa profissionais contratados da Companhia, que não sejam nem administradores, membros do Conselho Fiscal ou integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia que venham a ser criados por disposição estatutária, e que tenham acesso a Informações Sensíveis ou Informações Privilegiadas</i>); e (iii) outras pessoas indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores que tenham ou possam vir a ter informações privilegiadas ou informações sensíveis relativas à Companhia, suas controladas ou coligadas.</p> <p>Para os fins da Política, Fato Relevante, Informação Privilegiada, Informação Sensível e Valor Mobiliário tem o seguinte significado: Fato Relevante: Qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos Valores Mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários. A relação exemplificativa de situações que podem configurar Fato Relevante encontra-se no artigo 2º da Instrução CVM 358; Informação Privilegiada: (i) Fato Relevante ainda não divulgado; e (ii) qualquer informação ainda não divulgada que possa vir a se tornar um Fato Relevante, desde que assim definida pelo Diretor de Relações com Investidores; Informação Sensível: Qualquer informação que não seja uma Informação Privilegiada e que não tenha sido tornada pública ou normalmente não seja tornada pública, relativa a negócios, operações e finanças da Companhia, suas controladas e coligadas, desde que observado que referida informação pode se tornar uma Informação Privilegiada caso seu conteúdo se afaste do padrão ou da expectativa ou seja verificado que esta pode vir a ter impacto significativo nos negócios da Companhia, suas controladas ou coligadas; Valor</p>

Minuta 13/10/2020

	<p>Mobiliário: Significam todos os valores mobiliários, constantes do artigo 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, de emissão da Companhia ou neles referenciados, incluindo, sem limitação, derivativos de liquidação física ou financeira.</p>
<p>Canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes</p>	<p>O Diretor de Relações com Investidores deverá fazer com que eventuais Fatos Relevantes sejam disponibilizados: (i) na página eletrônica da Companhia na Internet (www.agribrazil.net); (ii) no sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM; e (iii) nas páginas eletrônicas das Bolsas de Valores, conforme exigências das normas aplicáveis a tais mercados e suas respectivas normas internas. Conforme julgamento do Diretor de Relações com Investidores, a divulgação de Fato Relevante também poderá ocorrer, de forma complementar, por qualquer outro meio de comunicação.</p>
<p>Procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas</p>	<p>Até a divulgação, os acionistas controladores, membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia, Conselheiros Fiscais e Profissionais deverão guardar sigilo a respeito de toda e qualquer Informação Sensível ou Informação Privilegiada de que tenham conhecimento, bem fazer com que seus subordinados e terceiros de sua confiança também assim procedam, sob pena de responsabilidade solidária, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Fato Relevante, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de se esclarecer a referida dúvida. A juízo dos acionistas controladores e dos membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia, o Fato Relevante poderá deixar de ser divulgado, ou deixar de ser divulgada de forma imediata, para resguardar interesse legítimo da Companhia, de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro. Na hipótese, será observado o seguinte: os acionistas controladores ou membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do Fato Relevante, com as informações necessárias ao seu correto entendimento e em qualquer hipótese de manutenção do sigilo do Fato Relevante, caso a informação escape ao controle dos detentores da informação, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente para que possa tomar as providências cabíveis, conforme suas obrigações legais e estatutárias. Caso (i) ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou neles referenciados, ou (ii) a Informação Privilegiada venha a se tornar pública; o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar a sua imediata divulgação.</p> <p>O acionista controlador, dos membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia, integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, Conselheiros Fiscais e Profissionais deverão observar e zelar pela observância dos seguintes procedimentos, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se mostrem apropriadas diante</p>

Minuta 13/10/2020

	<p>de cada situação concreta: (i) limitar a divulgação de Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes estritamente àquelas pessoas que precisem delas imprescindivelmente; (ii) não discutir Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes na presença de terceiros que delas não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa; (iii) não discutir Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar; (iv) manter documentos de qualquer espécie referentes a Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário, arquivo fechado, ao qual tenham acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação, ou meio eletrônico protegido por senha pessoal ou outro meio criptográfico ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação; (v) circular internamente documentos que contenham Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente à pessoa do destinatário, ou por meio eletrônico protegido e restrito aos servidores internos da Companhia, ao qual tenha acesso apenas o destinatário da mensagem e seja possível rastrear e/ou restringir encaminhamentos e/ou reproduções; (vi) sem prejuízo da responsabilidade daquele que estiver transmitindo as Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes, exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia antes da divulgação da informação ao mercado.</p>
<p>Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações</p>	<p>Diretor de Relações com Investidores</p>
<p>Locais onde a política pode ser consultada</p>	<p>Website da CVM e da Companhia (www.agribrazil.net.)</p>

Minuta 13/10/2020

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

Minuta 13/10/2020

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.